

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE E EDUCAÇÃO

DOUGLAS PEREIRA DO NASCIMENTO

A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À
EDUCAÇÃO SEXUAL

Ribeirão Preto
2019

DOUGLAS PEREIRA DO NASCIMENTO

A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À
EDUCAÇÃO SEXUAL

Dissertação apresentada a Universidade
de Ribeirão Preto como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Saúde e Educação.

Orientador(a): Profa. Dionéia Motta Monte
Serrat

Ribeirão Preto
2019

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento Técnico
da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto -

N244a Nascimento, Douglas Pereira do, 1993-
A atuação dos diretores escolares da rede municipal de ensino
de ariquemes-ro frente à educação sexual / Douglas Pereira do
Nascimento. - - Ribeirão Preto, 2019.
79 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dionéia Motta Monte Serrat.

**Dissertação (mestrado) – Universidade de Ribeirão Preto,
UNAERP, Saúde e Educação. Ribeirão Preto, 2019.**

1. Educação Sexual. 2. Promoção de Saúde. 3. Gestão
Escolar. I. Título.

CDD 610

DOUGLAS PEREIRA DO NASCIMENTO

**A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Saúde e
Educação da Universidade de Ribeirão
Preto para obtenção do título de Mestre
em Saúde e Educação.

Área de Concentração: Ensino de Ciências da Saúde

Data da defesa: 29 de março de 2019


Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA




Prof. Dra. Sílvia Sidnéia da Silva

Presidente/UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto



Prof. Dra. Dionéia Motta Monte-Serrat
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto



Prof. Dra. Eliana Mandes de Souza Teixeira
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO
2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta qualificação a minha amada mãe, dona Maria Helena que tanto lutou comigo para a realização deste sonho, pelo amor, carinho, apoio e incentivo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria para concluir mais esta etapa em minha vida.

Agradeço a minha Mãe, senhora Maria Helena que durante toda minha vida foi meu pilar, e que tanto me incentivou aos estudos e nunca me deixou desistir dos meus sonhos, sempre querendo o melhor para mim e meus irmãos.

Agradeço ao meu Pai, senhor Nivaldo Andreza, quem sempre me apoiou em minhas decisões, e mesmo não convivendo diariamente sempre esteve me incentivando.

Agradeço ao amado Marcos Fernando, que esteve ao meu lado desde o início deste, me ajudando, apoiando e estando sempre ao meu lado.

Agradeço a minha orientadora Professora Doutora Dioneia Motta Monte Serrat, por ter me acolhido como seu orientando, assumindo a responsabilidade de me nortear para a conclusão deste trabalho, acreditando na importância da problemática abordada.

Agradeço aos meus sobrinhos: Thauanny, Renan Guilherme e Arthur, quais foram responsáveis em me alegrar nos momentos de tristezas.

Agradeço a coordenadora do Programa do Mestrado em Saúde e Educação, Professora Doutora Silvia Sidneia Silva, pelo apoio e o incentivo em todos os momentos.

Agradeço aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante esta trajetória. Agradeço aos meus colegas de turma e de trabalho, pois juntos nos lançamos a mais esta etapa acadêmica.

Agradeço aos mestres que se comprometeram e honraram o juramento de vossa profissão, transmitindo ensinamentos com ética e sendo responsáveis pela minha formação.

Agradeço ao Professor Mestre Airton Leite Costa, a Professora Doutora Helena Meika Uesugui, e a senhora Silvana Capelassi, e a todos os sócios mantenedores da FAEMA pelo incentivo, confiança e compreensão a mim depositados, com quem há oito anos trabalho diariamente.

Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente estiveram presentes em algum momento desta jornada.

A todos vocês, meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem a vitória, nem a derrota”
(Theodore Roosevelt)

RESUMO

NASCIMENTO, Douglas Pereira. A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL. Dissertação. (Mestrado Profissional em Saúde e Educação), Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP, 2019.

Falar sobre sexualidade no ambiente escolar e debater a relação existente entre sexualidade e educação não é algo que cabe apenas à família fazer. Esse é um tema polêmico que causa alguns questionamentos tanto nas famílias quanto nas instituições escolares. No âmbito escolar, estes questionamentos, muitas vezes empregados até mesmo por docentes, parecem funcionar como artifícios e justificativas para não abordar o tema em sala de aula, silenciando-o. Esta dissertação resultou de uma pesquisa realizada com o objetivo principal analisar como a educação sexual vem sendo desenvolvida pelos gestores escolares nas escolas municipais da cidade de Ariquemes, interior do estado de Rondônia, tendo como objetivos específicos: conhecer propostas e projetos relacionados à educação sexual desenvolvidos nas escolas; verificar como o tema transversal da sexualidade está inserido no currículo escolar e identificar os significados dados à educação sexual pelos gestores. Tendo em vista que essa temática é considerada pelo Ministério da Educação (MEC) como um tema transversal e deve ser trabalhada em todas as vertentes possíveis, buscando conhecer as propostas e projetos contidos na escola que contemplem a Educação Sexual (EDS), verificando, como a mesma está inserida no currículo escolar. Partindo disso, é ilustrado o percurso que a Educação Sexual teve, desde o movimento higienista na educação até os dias atuais, como também a importância do desenvolvimento da educação em saúde no meio escolar e o papel da escola frente ao desenvolvimento da EDS. Foi realizado uma pesquisa descritiva e exploratória, que parte de uma abordagem qualitativa, por meio da qual foi aplicado um questionário aberto aos indivíduos envolvidos neste estudo. Assim o método de análise utilizado foi análise de discurso. Com base nos discursos dos gestores escolares verificou-se a necessidade da aplicação desta temática na escola, contudo, estes sentem desqualificados e transferem esta responsabilidade aos profissionais da saúde, através de parcerias. Assim, a formação/qualificação/preparação docente se torna algo urgente a ser desenvolvido para que sejam atingidos os objetivos da Educação Sexual.

Descritores: Educação Sexual. Promoção de Saúde. Gestão Escolar.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Douglas Pereira. PUBLIC SCHOOL PRINCIPAL'S ACTIVITY ON SEXUAL EDUCATION IN THE CITY OF ARIQUEMES-RO. Dissertation. (Professional Master's in Health and Education), University of Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP, 2019.

Talking about sexuality in school environment and discussing the relationship between sexuality and education is not something that only families should do. This is a controversial issue that rises questions on families as well as schools. In the school context, these questions are often used as an excuse and justification for not addressing the issue in the classroom, silencing it. This dissertation was the result of a research carried out with the main objective of analyzing how sexual education has been developed by school administrators in the municipal schools of the Ariquemes city, in the state of Rondônia, with specific objectives: to know proposals and projects related to sex education developed at schools; to verify how the transversal theme of sexuality is inserted in the school curriculum and to identify the meanings given to sexual education by school principals. This theme is considered by the Ministry of Education (MEC) as a transversal theme and should be developed in every possible way, so it is important to know schools' proposals and projects that contemplate Sexual Education (SE), verifying also as it is inserted in the school curriculum. From this point of view, it is illustrated the course that Sexual Education has had, from the hygienist movement in education to the present, as well as the importance of development of health education in the school environment and the role of the school in the development of SE. A descriptive and exploratory research was carried out, with a qualitative approach, by means of which an opened-questions interview was applied to the study subjects. The method of analysis used was discourse analysis. Based on the speeches of school managers, it was verified the need to develop this theme in school, however, principals feel disqualified and transfer this responsibility to health professionals through partnerships. Thus, teacher's training/qualification/preparation urges to be developed in order to achieve the goals of Sexual Education.

Keywords: Sexual Education. Health Promotion. School Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Descrição do Gestor Escolar.....	39
Figura 2: Número de Professores e Alunos	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População de Ariquemes e região de abrangência.....	34
Quadro 2: Questão 1 - Qual é a sua opinião sobre a educação sexual nas escolas?	41
Quadro 3: Questão 2 - Esta unidade de ensino oferece educação sexual? Você considera o trabalho desenvolvido nessa disciplina como suficiente e esclarecedor?	42
Quadro 4: Questão 3 - Como se desenvolve o trabalho de Educação Sexual nesta unidade?	44
Quadro 5: Questão 4 - Você acha que os professores necessitam de capacitação específica para trabalhar com o tema da sexualidade? Por quê?.....	45
Quadro 6: Questão 5 - Você promove atividades de preparação e capacitação de professores para trabalharem essa temática na unidade? Em caso afirmativo, como é feita essa preparação docente?	46
Quadro 7: Questão 6 - Quais são os resultados alcançados com os trabalhos de orientação sexual nesta escola?	47
Quadro 8: Questão 7 - Existem parcerias entre esta escola e outros órgãos (ONGs, Secretaria de Educação e empresas) para o trabalho com esse tema na unidade? Quais?	49
Quadro 9: Questão 8 - Que alternativas e ações seriam possíveis para aperfeiçoar o trabalho de orientação sexual nesta escola?	50

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
BEMFAM	Sociedade Civil Bem Estar Familiar do Brasil
CAAE	Certificado de apresentação para Apreciação Ética
CBES	Círculo Brasileiro de Educação Sexual
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
DCN's	Diretrizes Curriculares Nacionais
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EDS	Educação Sexual
FAEMA	Faculdade de Educação e Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC	Ministério de Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SPE	Programa Saúde e Prevenção nas Escolas
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TVJ	Território do Vale do Jamari
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVO GERAL	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	14
2.1.2. História da educação sexual no Brasil	15
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR ...	22
2.2.2 O Desenvolvimento Da Educação Em Saúde No Meio Escolar.....	26
2.2.3 A Escola Frente Ao Desenvolvimento Da Educação Sexual.....	28
3.1 NATUREZA DO ESTUDO.....	32
3.2 LOCAL DO ESTUDO	33
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	35
3.4 COLETA DE DADOS	35
3.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados	35
3.4.2 Procedimento de Coleta dos Dados.....	36
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	36
3.5 ANÁLISE DE RISCO E BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO ESTUDADA	37
3.7 ASPECTO ÉTICO EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	37
3.8 ORÇAMENTO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DA PESQUISA.....	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5. CONCLUSÕES.....	52
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO I - Instrumento	66
ANEXO 2 - CARTA DE ANUÊNCIA	69
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	71
APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR.....	75
APÊNDICE III – PLANILHA DE ORÇAMENTO.....	76
APÊNDICE IV – PROPOSTA DE EMENTA.....	77
APÊNDICE V – CRONOGRAMA	79

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Douglas Pereira do Nascimento, tenho 25 anos, sou filho de Maria Helena Pereira e Nivaldo Andreza do Nascimento. Cursei licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia e sou especialista em docência no ensino superior pela Faculdade de Rondônia. Atualmente, trabalho como coordenador do curso de licenciatura em pedagogia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, bem como exerço a função de docente nessa estimada instituição de ensino superior.

A minha iniciação no ensino superior se deu no momento em que fui contratado, aos 17 anos de idade, como aprendiz na IES em que trabalho hoje e da qual faço parte desde o ano de 2010. De lá para cá, passei por diversos setores da IES, sendo efetivado no ano de 2012. Nesse mesmo ano, assumi a secretaria da direção geral e presidência da mantenedora e, no ano seguinte, em 2013, tomei posse do cargo de secretário geral, permanecendo neste até meados do ano de 2016, quando dei início à minha carreira como docente na IES.

Em virtude de trabalhar desde muito jovem no meio acadêmico, o mestrado sempre foi algo muito almejado e objetivado por mim, tendo em vista que avançar nos estudos é de suma importância, bem como é um dos pré-requisitos para permanecer nesse seguimento. Assim, o desejo e a vontade de ingressar no mestrado e de buscar o aperfeiçoamento e a melhoria na qualidade do ensino me fizeram optar pela oportunidade ofertada pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e pela FAEMA.

Levando em consideração que o Programa de mestrado em Saúde e Educação oferece uma ampla área de pesquisa, optei por permanecer no seguimento que me chama mais atenção, que é a educação sexual nas escolas, partindo da temática de prevenção a problemas relacionados à saúde. Escolhi a referida temática devido ser uma área que considero importante a ser desenvolvida e por me identificar com a temática

Acredito que, ao término da dissertação, as minhas dúvidas serão dirimidas. Hoje, sinto-me com o coração cheio de gratidão pela oportunidade em iniciar e, logo mais, concluir esse propósito acadêmico.

1 INTRODUÇÃO

É necessário explicitar que o objetivo de desenvolver a Educação Sexual (EDS) nas escolas não é o de incentivar a prática sexual, e, sim, o de desenvolver a promoção de saúde, alavancando, assim, o senso crítico dos alunos acerca da temática.

A discussão sobre a inclusão da EDS na estrutura curricular das escolas vem sendo feita há algum tempo no Brasil. Existem, há registros de que, desde os anos de 1920, existem reivindicações sobre a EDS. Em 1928, ocorreu a aprovação da EDS nas escolas pelo Congresso Nacional, havendo progressos e retrocessos com a interferência da igreja, o que se estendeu até 1950. Em 1960, esse assunto começou a ser tratado pela mídia, momento este em que ocorreram avanços em relação à educação sexual nas escolas públicas e privadas. Nesse período, devido à repressão política, houve um recrudescimento nas conquistas desse movimento. Como resultado, somente na década de 1980, na redemocratização do país, ocorreu uma retomada mais vigorosa da educação sexual nas escolas, ainda assim com muitas dificuldades e limitações a serem vencidas (ALTMANN, 2001).

Nessa década, a educação sexual passou a ser vista como uma atividade política, de tal modo que começaram a aparecer, no Brasil, reflexões e publicações científicas que apresentavam a educação sexual como um meio para a transformação social, valorizando-se, dessa forma, o fornecimento de informações por meio de programas preventivos, o que visava à saúde sexual do indivíduo e da coletividade (FIGUEIRÓ, 1996).

Em 1995, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais incluem a orientação sexual como um dos temas transversais a serem abordados no contexto escolar. Em 1997, a temática da sexualidade foi instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) como um conteúdo a ser congregado dentro das disciplinas já existentes.

De acordo com Camargo e Ribeiro (1999), a EDS tem um papel de grande importância para todos, principalmente para os adolescentes, que estão em fase de desenvolvimento físico e psicológico, período este em que a sexualidade ganha

novos contornos. Por mais que muitos acreditem que trabalhar essa temática na educação seja algo pouco sadio, pois os estudantes poderiam estar sendo incentivados a darem início à vida sexual precocemente, pesquisas (JUNQUEIRA, 2009) realizadas em diversos países, cuja premissa é comparar dados sobre o número de adolescentes que participaram ou não de uma EDS na escola, demonstraram que, na contramão do que o senso comum propaga, não houve estímulo à atividade sexual, tampouco o primeiro contato sexual foi antecipado, ao contrário, o conhecimento sobre como lidar de forma saudável com a sexualidade foi fortalecido.

Dado o caminhar da democratização na sociedade brasileira, a discussão sobre a necessidade da EDS na escola deveria estar superada, uma vez que as consequências negativas da falta de informações acerca da sexualidade já foram evidenciadas em nossa sociedade, como, por exemplo, o aumento do risco de contaminação por algum tipo de DST e as gestações indesejadas. Nesse cenário, nota-se que o meio midiático, por meio de sua liberdade de expressão, demonstra, através de folhetins, redes sociais, músicas, imagens e da televisão, expressões fragmentadas e deturpadas da sexualidade. Dessa forma, é inaceitável que essa vertente educacional não seja desenvolvida sistematicamente, de forma consciente e responsável na escola.

É de suma importância que a educação em saúde ultrapasse os muros das unidades básicas e dos hospitais, para que as práticas de reflexão sobre a sexualidade sejam levadas às escolas, as quais, por atenderem sujeitos que estão em formação de identidade, têm grande responsabilidade com os mesmos. Sendo assim, tendo em vista que uma das missões das escolas é formar cidadãos, e a saúde está ligada à cidadania, a escola tem como obrigação promover a educação em saúde, seja através de parcerias ou até mesmo por meio de projetos institucionais. Para isso, é necessário que as escolas insiram a temática em seus currículos e projetos pedagógicos, visando à formação total de seus alunos.

Segundo Camargo e Ribeiro (1999, p. 43), a escola é uma das instituições encarregadas de transmitir cultura e formas de comportamentos aceitos pela sociedade, porém, também pode ser um espaço de questionamento desses comportamentos. Assim, a escola necessita realizar um trabalho de tal modo que atenda a todas as necessidades dos alunos, para que estes sejam conscientizados sobre o que é sexo, quais os tipos de doenças que podem ser transmitidas através

do sexo sem o uso do preservativo, quais as prevenções que podem ser realizadas, dentre outras informações. Sendo a escola um local onde se encontram diversos alunos com costumes e culturas diferentes, faz-se necessário trabalhar todas as vertentes relacionadas ao campo sexual, tais como a heterossexualidade, a homossexualidade e também o machismo. Logo, à escola não cabe apenas tratar sobre a sexualidade, mas também é seu papel promover a saúde e o pensamento crítico na sociedade.

Portanto, a discussão sobre a EDS não pode ser considerada responsabilidade apenas da família, mas da escola e da sociedade em geral. Discutir a Educação Sexual dentro da escola causa questionamentos, os quais, muitas vezes, são feitos até mesmo por docentes, como artifícios e justificativas para a não abordagem do tema em sala de aula. E, assim, o tema é silenciado e a escola perde a oportunidade de promover uma transformação no entendimento da sociedade a respeito da sexualidade.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar como a educação sexual vem sendo desenvolvida pelos gestores escolares nas escolas municipais da cidade de Ariquemes, interior do estado de Rondônia.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer propostas e projetos relacionados à educação sexual desenvolvidos nas escolas;
- Verificar como o tema transversal da sexualidade está inserido no currículo escolar;
- Identificar os significados dados à educação sexual pelos gestores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Encontrar formas de desenvolver a educação sobre o tema da orientação sexual, com o amparo da lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) –, juntamente com os PCNs em seus temas transversais, exige estudos e investigações, cujos resultados podem trazer contribuições para a escola, de forma que os docentes consigam trabalhar a EDS na vertente de promoção de saúde, obtendo, dessa forma, resultados quando o tema for abordado, porém, para isso, a questão deve ser tratada de forma coerente e não como tabu. Esse trabalho não beneficiaria apenas a escola, mas também os próprios adolescentes, as suas famílias e toda a sociedade. Com base nisso, a pesquisa aqui proposta parte da seguinte pergunta: como a educação sexual na escola vem sendo desenvolvida?

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

2.1.1. Marcos Históricos da Educação no Brasil

O processo de embasamento da educação, no Brasil, teve início com a chegada da Companhia de Jesus, em 1549, a qual tinha como objetivo realizar a catequização dos indígenas, pregando-lhes os valores religiosos da fé e da moral cristã. Em 1599, a coroa portuguesa apoiou uma proposta da Companhia de Jesus, que, com base na publicação do plano de estudos *Ratio Studiorum*, recomendava uma divisão do sistema educacional, uma vez que os índios não se adaptaram a uma formação sacerdotal, sendo a estes designadas orientações para o trabalho e o cultivo agrícola, e, aos ascendentes europeus, uma educação diferenciada, com anseios humanistas (SANTOS, 2011).

Banida do Brasil, em 1759, pelo Marquês de Pombal, a Companhia de Jesus deixou fortes influências na educação brasileira. Foi somente após esse período que surgiram instituições assistencialistas e filantrópicas que visavam cuidar das crianças sem lar, contudo, essas instituições não propunham um ideal educativo, mas, sim, assistencialista (GHIRALDELLI, 2009).

Após a Constituição de 1988, o governo passou a se preocupar com a educação, uma vez que, a partir daí, a educação tornou-se um direito da criança e uma obrigação do Estado. Nesse cenário, a questão da sexualidade vai pouco a pouco se aproximando da escola. O entendimento da construção histórica da educação e da sexualidade, no Brasil, permite compreender melhor a forma como a

educação sexual se configura como tema transversal e se concretiza no cotidiano das escolas no país (ARANHA, 2006).

2.1.2. História da educação sexual no Brasil

Nos anos 20 e 30 do século XX, a Educação Sexual foi alvo de discussões de várias categorias profissionais. Naquele momento, o enfoque predominante relacionava-se ao intuito de combater, junto às crianças, aos adolescentes e aos jovens, doenças sexualmente transmissíveis, chamadas, na época, de doenças venéreas. Tais doenças já eram vistas como um problema social muito grande e presente naquele momento, tal como eram as epidemias de tuberculose, poliomielite, sarampo e outras que matavam muitas pessoas. Assim, o objetivo era preparar os sujeitos para um futuro mais saudável e socialmente responsável (BORGES; MEYER, 2008).

O higienismo teve início, no Brasil, entre os séculos XIX e XX. Esse movimento veio com o intuito de promover uma transformação no comportamento da população brasileira. Os médicos higienistas eram responsáveis por cuidar da saúde e da higiene do indivíduo, pois, naquela época, acreditava-se que a grande parte dos problemas da nação estava ligada às questões sanitárias. Dessa forma, o movimento higienista veio com o objetivo da modificação, propondo uma educação que ensinasse novos hábitos à sociedade em geral, mas, principalmente, às pessoas marginalizadas (pobres e negras), uma vez que a abolição da escravatura, o processo de industrialização, o êxodo rural, a urbanização e a imigração acarretaram numa nova estrutura no país, de forma que esse tipo de preocupação em relação à sociedade parecia necessária (GONDRA, 2004).

De acordo com Kuhlmann (1998), os higienistas foram polêmicos opositores e criaram propostas antagônicas à modernização. Segundo os mesmos, a higiene, por ser uma área biológica, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida humana em todos os sentidos. Atrelada ao movimento higienista, outra forma de pensar a sociedade também se fazia presente naquele momento: a eugenia. Francis Galton (1822-1911), fisiologista inglês, foi o principal defensor da eugenia, ciência que aborda aspectos adequados para o refinamento das qualidades hereditárias da raça humana.

O eugenismo influenciou terminantemente as direções tomadas pelas práticas de higiene e de educação sanitária até meados dos anos de 1940. Para os

higienistas sociais, interessava a probabilidade, marcada pelo eugenismo, de emprego de todos os conhecimentos na acepção de melhoras físicas, mentais e raciais das futuras gerações brasileiras, pois a sociedade não estava à altura do padrão da sociedade europeia. (BORGES; MEYER, 2008).

Sob influência dessas concepções, a educação sexual começou a ser desenvolvida nas escolas. Assim, no ano de 1922, Fernando Azevedo defendeu a seriedade da educação sexual como matéria de ensino, cujo intuito era o de abordar princípios morais, higienistas e eugenistas. Nesse período, a educação nacional focalizava a educação sexual como matéria para o ensino nas escolas brasileiras (CÉSAR, 2009).

Na II Conferencia Nacional de Educação, a educação sexual foi pautada nos seguintes termos

15) Da higienização dos nossos infantes depende o futuro da nacionalidade; relevá-la a um segundo plano é um grave erro pedagógico e um crime de lesa-pátria (Luiz Medeiros); 16) A educação sexual pode e deve ser ministrada no Brasil; 17) Ela compreenderá três fases – uma preliminar, que se destina a preparar a infância para a compreensão esclarecida dos destinos do sexo; outra, que se propõe ministrar aos educandos, nas próprias salas de aulas de ciências naturais do curso secundário, o conhecimento das personalidades fundamentais; e uma última, que proporcionará ao adolescente, fora de qualquer curso coletivo e especialização complementar, que constitui a educação sexual propriamente dita (Sussekind de Mendonça); 18) O II Congresso Nacional de Educação solicita dos poderes competentes a criação de cursos de puericultura nas escolas normais, professorais, colégios e outros estabelecimentos de educação e, bem assim, de cursos especiais para os professores que vão se encarregar da difusão desses conhecimentos; (SILVA, 2004, p. 46).

Em vista disso, fica claro que havia uma preocupação, por parte dos educadores, em como esse trabalho seria realizado no âmbito escolar. Tal preocupação tinha como fundamento a idade em que a educação sexual começaria, no início na infância, com a finalidade de esclarecer o que é o ato sexual e qual é o papel da sexualidade naquele momento.

No ano 1933, no Rio de Janeiro, foi criado o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), tendo como um dos seus principais fundadores o médico José de Albuquerque, pioneiro da educação sexual no Brasil e conhecido por disseminar a educação sexual à população e por ter inúmeras bibliografias elaboradas sobre o tema. O CBES durou seis anos e, durante esse período, foram desenvolvidos inúmeros trabalhos, tais como a publicação bimestral do Boletim de Educação

Sexual, conferências, reuniões culturais, exposições, palestras, publicação midiática, dentre outras (OLIVEIRA, 2012).

Dentre as décadas de 1920 e 1950, a educação sexual não chegou, de fato, às salas de aula como componente do currículo escolar, entretanto, isso não significa que ela não esteve presente no âmbito escolar.

Segundo Werebe (1998) a EDS em um sentido macro, frente ao processo global e não intencional, sempre se fez presente em todas as civilizações, sendo ela realizada de maneira consciente ou não, com objetivos variados e características distintas, de acordo com a época e as culturas.

Assim, a Educação Sexual informal estava presente no cotidiano da população brasileira, porém, ligada à visão higienista daquele momento. Segundo Guimarães (1995), nos anos antecedentes à década de 1960 do século XX, a Igreja Católica exercia forte influência no sistema educacional e na sociedade, o que resultou em rigorosa coibição à educação sexual nesse período. Para a igreja, o ato sexual em si era visto como pecado, podendo somente ser praticado entre homens e mulheres após matrimônio. Assim, a sexualidade restringia-se apenas à reprodução. Entre as décadas de 1960 e 1970, a luta das mulheres pelos seus direitos se intensificou e a sexualidade foi um ponto fortemente discutido.

Em maio de 1968, ocorreu a eclosão de uma das maiores manifestações da história. Um movimento estudantil, que se iniciou no meio acadêmico das universidades francesas Nanterre e Sorbone, tomou grande proporção quando a classe trabalhadora aderiu ao movimento, unificando as forças (THIOLLENT, 1998).

O auge de "Maio de 1968" ocorreu em 20 de maio, dia em que ambas as partes decretaram 24 horas de greve em protesto contra as políticas trabalhistas e estudantis que eram pregadas pelo governo do General De Gaule. A cidade de Paris amanheceu sem ônibus, metrô, telefone e outros serviços. Quase seis milhões de grevistas ocuparam as 300 fábricas da França. As principais armas utilizadas pelos manifestantes eram cartazes nos quais os mesmos ilustravam os seus ideais (GONÇALVES, 2009).

Tal movimento atingiu todo o mundo ocidental. Juntamente com ele, veio também uma série de atitudes que refletiam uma maior "liberdade", como o acesso e o uso de drogas, o *rock'n'roll*, as práticas de amor livre, a liberação feminina,

dentre outras manifestações que alteraram o cenário da sociedade ocidental (BOZON, 1995).

Já se tornou comum referir-se ao ano de 1968 como um marco da rebeldia e da contestação. A referência é útil para assinalar, de uma forma muito concreta, a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham sendo gestados há algum tempo (LOURO, 2003, p. 15).

Esse foi o período em que os grupos feministas tentavam romper a opressão que as mulheres sofriam para ir além da definição de gênero que era imposta pela sociedade. Com isso, uma forte discussão sobre gênero foi levantada, questionava-se o princípio estabelecido de que os seres se diferem devido a uma diferença física/biológica (órgãos genitais) que os determinavam a um papel na sociedade.

Assim, em busca de seus direitos e de sua ascensão social sem a intervenção masculina, o movimento feminista entra com força na academia científica com o intuito de discutir as teorias existentes sobre gênero e mostrar que isso vai além do que o determinismo histórico impõe (DEL PRIORE, 1989).

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social (LOURO, 2003, p. 20-21).

Em contrapartida, fez-se necessário evidenciar que não são propriamente as características sexuais que dividem os gêneros, mas, sim, a maneira como são representadas e valorizadas em sociedade. Assim, foi possível entender qual era o real papel de cada um na sociedade, sejam homens ou mulheres. As justificativas para a desigualdade devem ser pautadas nos arranjos sociais, na história e nas condições de acesso à sociedade, e não nos fatores biológicos, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros.

De acordo com Louro (2003, p. 26):

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem "viver seus desejos e prazeres corporais" de muitos modos (Weeks, apud Britzman, 1996). Suas identidades sexuais se constituíam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento.

Não há um momento certo em que se possa definir que a identidade sexual e a identidade de gênero estejam definidas, pois as mesmas estão sempre em construção e instabilidade, sujeitas à transformação.

Dessa forma, o movimento enfrentou um árduo trabalho para ilustrar as formas de construção dos papéis sociais de mulheres e homens na sociedade. Naquele momento, as mulheres buscavam o reconhecimento do direito sobre o seu próprio corpo, a quebra do silêncio sobre sua sexualidade, sobre o aborto e as violências matrimoniais, e também na esfera produtiva, passando a ocupar cada vez mais cargos que antes só os homens podiam ocupar. Por mais que a definição vigente as tornasse diferentes dos homens, devido às questões físicas/biológicas, o movimento feminista foi em busca dos seus direitos de igualdade, uma vez que apenas fatores biológicos não poderiam implicar no desenvolvimento de um indivíduo na sociedade.

Durante esse movimento, foram concebidos os direitos sexuais e reprodutivos. A gravidez tornou-se um ato livre e voluntário e deixou de ser a função principal da mulher, como consequência, a reprodução também deixou de ser o único objetivo do ato sexual. Foi nesse período em que surgiram os primeiros contraceptivos. Para a igreja, isso foi uma grande afronta, pois, segundo os seus dogmas, a sociedade estaria violando os princípios divinos de Deus (BUGLIONE, 2001).

Ainda nesse período, a mulher conseguiu uma autonomia parcial sobre o seu corpo, uma vez que, com a Lei nº 4.121/62, ela poderia trabalhar fora de casa sem a autorização do marido, pois tal atitude patriarcal era vigente no Brasil. Com a instituição do Estatuto da Mulher nos anos 1960, essa prerrogativa deixou de ser respaldada pela legislação (BRASIL, 1962). A Constituição de 1967 também assegurava que era proibida a diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, de acordo com o Art. 158, Parágrafo III (BRASIL, 1967).

Nesse mesmo período registrou-se outro exemplo de evolução da educação sexual. A deputada Júlia Steimbruck, do Rio de Janeiro, anunciou um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, sugerindo a implantação obrigatória da educação sexual em todas as escolas do país e em todos os níveis, contudo, devido à moralização contrária advinda da ditadura, tal projeto ganhou inúmeras objeções (CÉSAR, 2009).

De acordo Guimarães (1995), o início da década de 70 caracterizou-se por um retrocesso ao puritanismo fechado devido ao aumento da censura. Não existiam leis que proibissem a educação sexual nas escolas, porém, os administradores escolares esvaziavam todo e qualquer tipo de programas relacionados a essa vertente, não permitindo que esse tipo de trabalho fosse desenvolvido nas escolas. Nesse período, pregavam-se o conservadorismo, a moral e a ética, chamados de princípios ideológicos. Dessa forma, realizou-se uma aliança entre os militares e a igreja.

Durante o período da Ditadura Militar, a educação sexual sofreu uma grande repressão, assim, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse campo foi amplamente afetado, pois os líderes militantes pregavam que esses novos modelos de sexualidade e de comportamento se contrapunham ao ideal proposto para o próprio desenvolvimento da nação. No final da década de 1970 e início dos anos de 1980 do século XX, a sociedade brasileira se deparou com a reabertura política, o que provocou expressivas mudanças em todos os âmbitos políticos e sociais, até mesmo no campo da sexualidade. O país passava por novas exigências políticas e sociais, algumas ligadas à luta feminista e defendidas por intelectuais. Nesse contexto, são compostas novas maneiras de entender a educação sexual (CÉSAR, 2009).

Entre 1978 e 1979, realizaram-se congressos sobre educação sexual nas escolas privadas. Nessa ocasião, foi possível identificar o interesse dos profissionais da educação pelo tema, uma vez que os eventos reuniram cerca de duas mil pessoas (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015). No fim da década de 1970, criaram-se novas entidades com o intuito de controle populacional, dentre elas, a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), por meio da qual ocorreu o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual. Em 1983, acertou-se o 1º Encontro Nacional de Sexologia, promovido pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Contudo, essas entidades ratificavam a visão da sexualidade restringida ao sexo, à contracepção e aos conceitos biológicos, tendo como foco geral o controle preventivo de doenças e da gravidez precoce (COELHO; LUCENA; SILVA, 2000).

Existem inúmeras discussões sobre o direito à sexualidade. O Movimento LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) teve, como palco de sua primeira revolta, o episódio que ocorreu em 1969, em Nova Iorque, em

Stonewall Inn, um famoso bar existente na época. Na ocasião ocorreu a revolta das pessoas devido à forma como as mesmas eram tratadas por policiais e autoridades, uma vez que eram vistas como “desviantes” das normas sociais. Esse foi o marco de início das Paradas do Orgulho Gay, as quais se espalharam pelo mundo afora (CANABARRO, 2013).

A luta pelos direitos sexuais, no Brasil, só começou após a reabertura política no início da década de 1980, assim, foram nascendo grupos e movimentos democráticos. Nesse momento, começam a surgir os grupos do movimento chamado “Gay”. Com a eclosão do vírus HIV e da AIDS, denominados como o “mal do século” e a “peste gay” – uma vez que, para a sociedade, essa doença era um mal da população gay –, os militantes da corrente LGBTTT se deparam com o inesperado. Como resultado, muitos desistem do movimento e outros seguem em frente com a luta pela liberdade e pela vida (MOLINA, 2011).

Nesse período foi evidenciado um aumento significativo na violência contra travestis e homossexuais, o que fez elevar o número de assassinatos. O jornal *O Dia* tinha, como manchetes, matérias intituladas: “Abatido o 3º gay. Estão matando travestis a tiro” (JORNAL O DIA, 19/11/1984) e “Povo de Sidnei caça os gays por temor à AIDS” (JORNAL O DIA, 20/11/1984).

A homofobia – ou seja, o medo voltado contra a população homossexual –, pode se expressar ainda numa espécie de “terror em relação à perda do gênero”, em outras palavras, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos” (LOURO, 2003).

O surgimento da AIDS e a alastramento de outras doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes e jovens instigaram as discussões nesse período, o que levou a um recrudescimento da luta feminista por maior liberdade sexual, movimento este que vinha ocorrendo desde as últimas décadas. Assim, a educação sexual na escola tornou-se assunto relevante na agenda das políticas públicas para educação (GUIMARÃES, 1995).

Na década de 90, tivemos a inclusão da temática da Orientação Sexual como um tema transversal nos PCNs, situação esta que causou ponderações entre alguns pesquisadores da área.

A não-materialização [da Orientação Sexual como tema transversal] passa pela formação dos professores, pelo precário sistema educacional brasileiro, mas, sobretudo, pela negação da sexualidade

como algo inerente à vida humana nas diferentes faixas etárias (MARTELLI, 2009, p. 129).

Nesse sentido, Furlani (2009) avalia os conceitos de educação e de orientação sexual presentes no documento. Neste, o primeiro termo passou a ser compreendido como um aglomerado de informações sobre a sexualidade, sendo entendido como algo informal, que ocorria no seio familiar e que dava, aos jovens, os padrões de moral impostos pela sociedade. Já a orientação sexual é tratada como um processo de intervenção sistematizado, planejado e intencional, o qual oferecia um espaço de acolhimento e de reflexão sobre as dúvidas, os valores, as atitudes e as informações que formam as vivências e as manifestações da sexualidade.

Após a revisão histórica sobre a educação sexual e os seus avanços, a partir deste momento, utilizaremos o termo educação sexual com base na citação a seguir de Altmann e Martins, pois tais autores deixam claro o motivo e a razão de se realizar a educação sexual.

Reconhecemos que os PCNs corroboraram para o início de novas discussões, publicações, palestras e pesquisas relacionadas à temática da sexualidade. Incentivaram também a criação de propostas próprias, diretrizes e currículos focados na formação transversal (NUNES, 2000). Entretanto, parece que toda a discussão sobre gênero e sexualidade ocorrida ao longo do século não foi capaz de atingir a escola. Assim, Martelli nos alerta que

Embora se considere relevante a importância do trabalho com o tema da sexualidade junto aos alunos e às alunas do ensino fundamental, prevalece, nos PCNs e nas práticas docentes, uma visão biologizante da sexualidade, descolada dos condicionantes econômicos, culturais, sociais, políticos e históricos (MARTELLI, 2011, p. 1, apud AQUINO; MARTELLI, 2012, p. 5).

Ainda que se recuse a gravidade dos PCNs, entendemos que as proposições presentes nesse documento difundem concepções de sexualidade erguidas na prevenção à gravidez na adolescência e às DSTs, ao HIV e à AIDS.

2.2.0 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

2.2.1. Sexualidade, Um Conceito A Ser Discutido Na Escola.

Para Fagundes (2005, p. 14), “a sexualidade é um elemento que constitui a existência humana e, como tal, precisa ser compreendida em sua totalidade”. Conforme a autora, existem vários fatores que influenciam na formação e no

direcionamento da sexualidade. Assim, percebe-se que a mesma é um conceito formado por diversos elementos por meio dos quais as concepções e os valores são transmitidos ao indivíduo ao longo de sua vida. Em relação à dimensão social, existem algumas instâncias conservadoras que insistem em compreender a sexualidade de forma única, como se possuísse, meramente, uma função reprodutiva e genital.

Sob esta visão, a sexualidade é entendida somente como fenômeno biológico e fisiológico. Todavia, a sexualidade não se limita apenas a esses fatores, devem ser levados em consideração também fatores culturais, sociais, emocionais e pessoais, portanto, o enfoque biológico é insuficiente para explicar a dimensão humana da sexualidade.

A sexualidade humana é, dessa forma, parte constituinte do aprimoramento e da identidade das pessoas. É uma necessidade básica do ser humano, a qual não pode ser afastada da vida nem mesmo das outras feições que o integram. Envolve anseios, pensamentos, sentimentos e ações. Sendo assim, o tema “sexualidade” tem grande importância no desenvolvimento global do homem e da mulher. Em vista disso, se na fase escolar, a escola, ao educar, não ensina nem habilita os seus educandos a lidarem com a sexualidade, é possível afirmar que, de alguma maneira, a educação não esteja ocorrendo integralmente (LOURO, 2009).

De acordo com Bomfim (2009), ao longo do tempo, a sexualidade foi ignorada pelas escolas. Os educadores operavam como se os seus alunos fossem assexuados, mesmo quando chegavam à puberdade. Assuntos acerca da sexualidade eram evitados para não despertar a curiosidade dos educandos, reproduzindo, assim, tabus e rígidos valores sociais.

Assim sendo, definir sexualidade ainda é uma barreira para várias sociedades em função da existência de mitos e preconceitos. Historicamente, a sexualidade ficou estreitamente ligada aos órgãos genitais. Foi através dos estudos de Sigmund Freud, no século XIX, que esse conceito ficou mais abrangente. Para o Freud (2006), a sexualidade não está ligada somente aos órgãos genitais, mas, sim, a relações afetivas, a formas de gostar, aos sentimentos e ao amor, abarcando o comportamento do ser humano na sua totalidade.

Logo, para o criador da Psicanálise, a sexualidade não se reduz apenas às atividades e aos prazeres que estão ligados aos órgãos genitais, ao contrário, está em toda uma série de excitações e de atividades presentes na vida humana desde a

infância.

Em seus estudos, Freud (2006) destaca que a sexualidade é fundamental para a formação da personalidade, pois o adolescente, na fase genital, irá expressar o que ele internalizou e formou ao longo do seu desenvolvimento afetivo. Assim, existe um vasto caminho que vai da sexualidade presente na infância até a sexualidade adulta. Com base nisso, Freud subdividiu a sexualidade em fases:

- Fase oral - é a fase em que a criança experimenta e chega à satisfação através do prazer gustativo. A zona de erotização é a boca e o prazer ainda está ligado à ingestão de alimentos e à excitação da mucosa dos lábios e da cavidade bucal;
- Fase anal - é a fase em que a zona de erotização é o ânus. Neste momento, a atenção da criança desvia-se da fase oral para a fase anal porque a mesma passa a exercer controle fisiológico sobre o local;
- Fase Fálica - é momento que se caracteriza pelo exibicionismo. É nessa fase que ocorre o Complexo de Édipo. A criança realiza, descobre e passa a manusear os seus próprios órgãos genitais, reconhecendo, assim, tal região como uma área prazerosa. É nesse período que a menina descobre que o seu órgão genital não é o mesmo do menino. Ocorre o mesmo com o menino: nessa fase, ele passa a dar uma importância maior ao seu órgão genital;
- Fase latente – é a fase que se estende até a puberdade. A energia libidinosa começa a apresentar outros interesses. É nesta ocasião que as forças do superego se sobrepõem, causando a sublimação do instinto sexual. Tal período é caracterizado pelo desenvolvimento dos sentimentos de pudor e vergonha relacionados ao sexo;
- Fase genital – inicia-se na adolescência e vai até a fase adulta. O objeto de prazer e de desejo não está mais presente no próprio corpo, mas, sim, no corpo dos outros indivíduos. Nesta fase, já existe a consciência da identidade sexual, assim, os indivíduos começam as suas buscas para satisfazerem as suas necessidades sexuais.

Segundo Almeida e Centa (2009), o sexo é descoberto através da atração e do desenvolvimento dos órgãos genitais e dos impulsos sexuais que afloram. Nesta fase, as manifestações corporais primárias levam o jovem a sensações de prazer e vergonha ao mesmo tempo.

Assim como na sociedade, no conjunto familiar, o assunto sexualidade ainda encontra-se imerso em tabus e princípios morais intensamente enraizados, o que gera conflitos e dificuldades no diálogo entre pais e filhos. Muitas vezes, questões ou obstáculos de ordem sexual são arquitetados, desenvolvidos e eternizados devido à influência da educação sexual recebida pela família. Tal educação, transmitida e recebida na família, de geração em geração, está carregada de fatores que trazem consequências marcantes para a conduta sexual de seus integrantes. (SAVEGNAGO WARPINI, 2013)

Assim sendo, muitas famílias podem se sentir desamparadas no processo de atendimento das exigências dos filhos. Sentem-se, muitas vezes, incapazes intelectual e emocionalmente para orientar, conduzir, informar e direcioná-los sobre a sexualidade em suas várias dimensões (SIERRA *et al.*, 2004).

Neste sentido, é preciso que tanto os adolescentes como os pais compreendam e vivenciem essa fase, valorizando os seus conhecimentos, a sua história e as suas crenças para que tomem consciência de que a família é um espaço essencial na formação desses indivíduos (MARQUES; VIEIRA; BARROSO, 2003).

De acordo com Rappaport (1995, p. 48 *apud* CANO; FERRIANE; GOMES, 2000, p. 22), por muitas razões (falta de comunicação, cobranças dos grupos, mensagens transmitidas e incentivadas pelos meios de comunicação de massa, falta de diálogo com os pais, solidão, etc.), é frequente o início de uma vida sexual precoce. Sendo assim, a presença dos pais na educação sexual dos seus filhos é de suma importância, uma vez que os adolescentes se sentem mais seguros quando têm o apoio de seus pais. Isso, por si só, não garante que a prática sexual tenha o seu início postergado, porém, significa um amparo importante para o jovem nesse momento.

Oliveira e Bueno (1997) atestam que a maioria dos alunos relaciona o contágio pelo vírus HIV a uma "doença do sexo" e atribui muitos sentimentos negativos a ela: cerca de 84% afirmam que se protegem da doença utilizando o preservativo. Eles acreditam que a escola deve oferecer estratégias pedagógicas apropriadas para trabalhar a questão da sexualidade e das DSTs/AIDS, envolvendo a família e a comunidade.

Conforme Leite *et al* (2007), o advento das DSTs, aliado à epidemia de AIDS, serviu para desacelerar a busca pela liberdade sexual. A ascensão de doenças que,

teoricamente, estavam controladas pelo surgimento dos antibióticos expôs a fragilidade e a vulnerabilidade das pessoas com relação à prática sexual e à busca pela tão almejada liberdade sexual. Pode-se ligar o recrudescimento de algumas dessas doenças a fatores, como a emancipação da mulher, o advento de novas formas de anticoncepção e o início da atividade sexual precoce. Tais fatores, de certa forma, estão influenciando o comportamento sexual da população e favorecendo uma variação maior da quantidade de parceiros sexuais.

Além das doenças sexualmente transmissíveis, existe ainda a preocupação crescente com a quantidade de gestações na adolescência. Em meio a todas essas descobertas e repressões familiares e sociais, o adolescente e a adolescente se veem numa situação de desamparo. Logo, os desejos são saciados precocemente, uma vez que muitos dos adolescentes são tímidos e têm vergonha de perguntar e questionar os seus pais ou os seus professores na escola. (BOUAZ; MIRANDA, 2004)

Neste sentido, a realização da educação sexual no âmbito escolar é de suma importância, pois é, na escola, que se encontra uma aglomeração de jovens que estão em pleno desenvolvimento físico e psicológico. No contexto, informações sobre sexualidade têm um significativo central no desenvolvimento dessa parcela. Sobre isso, no próximo capítulo, busca-se descrever a importância do desenvolvimento dessa temática na escola.

2.2.2 O Desenvolvimento Da Educação Em Saúde No Meio Escolar

Pensar em educação em saúde requer certa atenção voltada às características de suas origens para que se possa refletir sobre como a sua efetivação poderia ocorrer com êxito. A sua finalidade é a de garantir, à sociedade, uma assistência em saúde de qualidade. Assim, nesta perspectiva, a educação em saúde está enraizada nos eixos ligados à reforma sanitária e às conferências em saúde e em encontros internacionais que versam sobre o assunto (COSTA; SILVA; DINIZ, 2008).

Seguindo esse pressuposto, ao se articular a promoção de saúde à educação escolar, notam-se um fortalecimento e uma base de implantação de uma política mais transversal, integrada e intersetorial, que propõe a integração entre serviços de saúde, comunidade e iniciativas pública e privada, além do próprio cidadão, na

proposição de ações que busquem o bem-estar e a qualidade de vida (BRASIL, 2006).

A educação e a saúde são itens de suma importância de disseminação de saber propostos para o desenvolvimento humano, a partir da qual se pode notar a interseção e o modo de operá-la, o que, muitas vezes, é realizado de forma inconsciente. É notório que os profissionais de saúde realizam a prática de educação em saúde no desenvolver de suas atividades diárias, entretanto, os mesmos não percebem que está realizando tal prática (PEREIRA, 2003).

De acordo com Carvalho (2015), no Brasil, somente em 1889, fizeram-se presentes as atuações educativas em saúde voltadas para as escolas, as quais visavam ao ensino de comportamentos e hábitos considerados saudáveis. No início do século XX, na percepção higienista-eugenista, a educação em saúde objetivava a criação de uma “raça” sadia e produtiva, a partir da observação, do exame, do controle e da disciplina na infância. As práticas pedagógicas eram focadas em atos egocêntricas, buscando a alteração de comportamentos e costumes, sem levar em consideração o contexto social no qual a criança estava inserida.

A escola é um dos pilares da educação, da cidadania e da integralidade de uma nação. É através desta que as crianças intensificam o seu processo de socialização, a sua integração ao meio escolar e a efetivação de sua inclusão social, momento em que se desenvolve e se potencializa a desenvoltura de relações complexas, as quais acompanharão as crianças em todas as fases da vida (LIBERAL, et al., 2005).

A saúde é tida como algo inerente ao ser humano, por isso, é de suma importância para a evolução social e econômica de uma sociedade. Dessa forma, a promoção de saúde passa a ser vista como um elemento essencial para a tão almejada saúde de qualidade, sendo este um processo que permite que os indivíduos tenham maior conhecimento sobre a sua saúde, assim, levando-os à busca por melhorias (DECLARAÇÃO DE JACARTA, 1997).

A promoção da saúde é o processo que estima o desenvolvimento dos indivíduos no intuito de que os mesmos passem a se preocupar em ter um certo conhecimento e um controle sobre a sua saúde, ou seja, a promoção em saúde tem como pilar a formação de um ser humano completo, com bem-estar físico, mental e social, para que o mesmo consiga lidar com as suas necessidades. Nesse sentido, a saúde é vista como um meio condutor para a vida e não como uma finalidade de

vida. Assim, ressalta-se que a promoção da saúde não é uma responsabilidade exclusiva do setor da saúde, pois exige estilos de vida saudáveis para que o bem-estar seja alcançado (CARTA DE OTTAWA, 1986).

A promoção da saúde não deve ficar restrita apenas à área da saúde. Para que haja uma eficaz promoção de saúde, faz-se necessário estabelecer parcerias com outros órgãos de desenvolvimento sociais. Tais parcerias trazem consigo um grande benefício à saúde através do compartilhamento de concepções, recursos e habilidades distintas. Entretanto, é de grande estima que cada parceria seja transparente e responsável com o objetivo principal os princípios éticos da promoção em saúde (DECLARAÇÃO DE JACARTA, 1997).

Nesse cenário, é nítida a importância da escola no desenvolvimento e na propagação da promoção em saúde, levando-se em consideração que a educação sexual é tida como um método de prevenção e de promoção de saúde para crianças e adolescentes, os quais, nesse momento da vida, estão passando pela formação de sua identidade pessoal.

2.2.3 A Escola Frente Ao Desenvolvimento Da Educação Sexual

Atualmente, não existem leis que obriguem o Brasil a inserir a educação sexual no currículo escolar, entretanto, os PCNs propõem que tais assuntos sejam trabalhados em todas as vertentes possíveis. De acordo com Egypto (2006), a educação sexual envolve sentimentos e desejos, portanto, não pode ser abordada somente por meio de explicações sobre o funcionamento do aparelho reprodutor e de palestras médicas nas aulas de Ciências.

Mais do que um problema moral, a EDS tem sido vista com um problema de saúde pública, e a escola, por sua vez, é um lugar de fácil disseminação de políticas públicas para que se promova a saúde da criança e do adolescente. A escola, como cenário, de convivências tem, entre os seus objetivos principais, desenvolver ações educativas, desempenhando um papel fundamental na formação da conduta desses jovens em diferentes contextos da vida social. A escola deve ser entendida como um espaço sociocultural de relações, as quais contribuem na construção de valores pessoais e sociais (ALTMANN, 2007).

Mesmo que não exista nenhuma lei específica para a inserção da temática no currículo escolar, aumentou o número de escolas que trabalha com essa vertente

em seu currículo escolar. Existem projetos nacionais que tratam a sexualidade ligada à saúde, assim, essa temática tem ganhado aliados para ser trabalhada na escola. Um exemplo é o Programa saúde e prevenção nas escolas (SPE), que é um marco na integração saúde-educação porque compreende a escola como um espaço para a articulação das políticas voltadas para adolescentes e jovens, por meio da participação de estudantes, famílias e profissionais da educação e da saúde (MALTA, 2011).

Existem várias justificativas assinaladas pelos PCNs que falam sobre a importância de se trabalhar a educação sexual como um tema transversal, dentre elas:

A partir de meados dos anos 1980, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação por HIV (vírus da Aids) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (BRASIL, 1997, p. 111).

A escola é o local mais favorável para se realizar esse trabalho, pois é nela que se aglomera um grande número de adolescentes em fase de descoberta. Esse trabalho deve ser realizado continuamente, para que os interessados consigam adquirir conhecimento e entender os riscos aos quais os mesmos estão propícios. O trabalho da disciplina educação sexual, na escola, deve ter base pedagógica e ser desenvolvido dentro das técnicas educativas, não tendo visão terapêutica, do tipo "eu vou resolver o seu problema" (RIBEIRO, 2003, p. 7).

Segundo Altmann (2007), são diferentes as estratégias de poder que se desencadeiam na escola no processo de exercer controle e educar os estudantes. Dessa forma, essas estratégias devem ser analisadas a partir do currículo, qual tem como dever estabelecer como será realizado o ensino, definindo, assim, práticas pedagógicas a serem aplicadas. Tais práticas devem atender as necessidades existentes no sistema social, o que também é dever da escola de acordo com os PCNs.

De acordo com Gimeno Sacristan (2000, p. 165),

O currículo é uma prática desenvolvida através de múltiplos processos e na qual se entrecruzam diversos subsistemas ou práticas diferentes, é óbvio que, na atividade pedagógica relacionada com o currículo, o professor é um elemento de primeira ordem na concretização desse

processo. Ao reconhecer o currículo como algo que configura uma prática, e é por sua vez, configurado no processo de seu desenvolvimento, nos vemos obrigados a analisar os agentes ativos no processo. Este é o caso dos professores; o currículo molda os docentes, mas é traduzido na prática por eles mesmos – a influência é recíproca.

Para o autor, o currículo aparece como um conjunto selecionado de objetivos de aprendizagem, os quais devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante para que nele se operem as oportunas recomendações. Para ele, o currículo se baseia em um conjunto de objetivos com o intuito de proporcionar um ensino de qualidade para o aluno, não favorecendo somente o aluno, mas também todos os indivíduos envolvidos.

A temática da sexualidade precisa ser desenvolvida na escola por meio de uma abordagem da questão dos direitos sexuais, mas também esclarecendo a importância da necessidade da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez precoce. Sendo assim, torna-se necessário que a comunidade escolar e os profissionais da saúde assumam esse compromisso de caráter pedagógico, de forma que não sejam violados os valores culturais e familiares de cada um (CAMARGO; FERRARI, 2009).

Os pesquisadores e professores que trabalham a temática recomendam que os profissionais, em sala de aula, adotem metodologias mais eficazes do que palestras: "Recomendamos que eles optem por metodologias participativas, aulas temáticas, discussões de vídeo, oficinas, seminários, gincanas, teatro, atividades ligadas à cultura e à arte" (BOTÃO *apud* PROENÇA, 2012, p. 7).

A educação sexual se deparou com inúmeros obstáculos provenientes de diferentes seguimentos para a sua implantação nas escolas brasileiras. Frente à intensificação das demandas sociais, as escolas não conseguiram mais evitar a fenda de espaços em seu âmbito para discussões sobre o tema (JARDIM; BRÊTAS, 2006).

Compreende-se, como efeito, que é necessário permitir o conhecimento e o desenvolvimento da vida sexual com maior espontaneidade, liberdade e aceitação das diferenças individuais, tanto para o educador quanto para os educandos. No entanto, são grandes os desafios encontrados pelos educadores de hoje, pois o caminho do conhecimento da vida sexual se contrapõe à crescente complexidade da vida moderna. O mundo da tecnologia, por meio das suas máquinas, oferece

rapidamente imagens, soluções e ideias maravilhosas para serem consumidas pelo homem e pela mulher, contudo, não oferecem reflexão sobre as reais necessidades e vontades. Atualmente, o consumismo apropriou-se da liberdade (VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

Nesse contexto, o trabalho da educação sexual na escola deve ser realizado de tal forma que permita a participação constante dos alunos, por meio de discussões que privilegiem o posicionamento de cada um quanto ao tema em debate, assim, chega-se a um levantamento de dúvidas, divergências e pontos de vista em comum. Tal trabalho visa à formação de uma atitude crítica e de compromisso em relação ao sexo, busca favorecer a reflexão e o estudo de fatos que influenciam na vida sexual, e facilita as relações interpessoais e uma interpretação positiva e consciente da própria sexualidade (ALENCAR, 2008).

A escola é um dos locais mais propícios à propagação de cultura e de formas de comportamentos aceitos pela sociedade, mas também deve ser um espaço de questionamento de tais comportamentos. Os PCNs pedem que os educadores proporcionem aos seus alunos um espaço onde os mesmos estejam sujeitos à invenção, em um clima de interesse e curiosidade. Logo, a educação sexual não deve ser pensada como um apêndice às práticas educacionais, mas, sim, ser planejada como integrante do currículo e da proposta de cada escola.

Conforme Ribeiro (2003), é importante entendermos que a educação sexual deve ter início na educação infantil e se estender até o ensino fundamental, assim, esse trabalho deve ser integrado às disciplinas e às atividades do dia a dia.

Dessa forma, faz-se necessário que o educador tenha uma formação específica para trabalhar a sexualidade com os educandos na escola, assumindo, assim, uma postura profissional e consciente sobre o tema. Os professores precisam superar as suas próprias dificuldades a partir de questões teóricas, leituras, discussões referentes à sexualidade e às suas diferentes abordagens, e devem se preparar para iniciar uma intervenção prática juntos aos seus alunos. A formação desse profissional deve ocorrer de forma sistemática e continuada, algo a ser realizado por uma assessoria especializada, o que ocasionará uma reflexão sobre valores e uma superação dos preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de educação sexual (SILVA, et al., 2006).

Em outros países, a EDS já se tornou obrigatória em instituições de ensino públicas e privadas. Em Portugal, com a aprovação da lei N° 60, foi estabelecida a

aplicação da educação sexual no meio escolar (ROCHA, et al., 2016). O Congresso Nacional da Argentina enfrenta críticas até os dias de hoje devido à aprovação de uma lei em 2006, a qual obriga a inserção da educação sexual no currículo escolar das instituições de ensino. Já a Inglaterra tornou obrigatória a criação de uma disciplina que oriente os alunos sobre temas pessoais, sociais e de saúde (RIBEIRO; CORPES, 2017).

3 CASUÍSTICA E MÉTODO

3.1 NATUREZA DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, que parte de uma abordagem qualitativa, por meio da qual será aplicado um questionário aberto aos indivíduos envolvidos neste estudo.

Barros e Lehfeld (2006) afirmam que, na pesquisa descritiva, não existe a interferência do pesquisador, ou seja, ela busca descrever o objeto da pesquisa, evidenciando, assim, a frequência em que determinado fenômeno ocorre, bem como a sua natureza, as características, as causas, as relações e as conexões com outros fenômenos. A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2007), tem como base realizar uma aproximação com o problema abordado, dessa forma, o intuito é evidenciar a problemática ou construir hipóteses.

De acordo com Reis (2012), na pesquisa qualitativa, o conhecimento não se restringe a um rol de dados isolados e o sujeito-observador é parte integrante do processo. Dessa forma, faz-se necessário observar o contexto sociocultural em que a problemática dessa pesquisa está inserida, pois é de suma importância identificar os fatores que respondem às principais questões elencadas no estudo proposto aqui. Conforme Rampazzio (2005), esse tipo de pesquisa busca uma compreensão particular daquilo que estuda: o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar e no individual, almejando sempre à compreensão e não somente à explicação dos fenômenos estudados.

Na visão de Andrade (2010), a abordagem qualitativa tem como objetivo interpretar e dar significados aos fenômenos analisados sem empregar métodos e técnicas estatísticas como base para a análise do problema. Para o mesmo autor, a presente abordagem considera a relação dinâmica entre o tema e o sujeito.

Devido ao fato de que a pesquisa qualitativa é realizada através de dados não mensuráveis, esse método permite uma profunda compreensão do problema, por isso, é considerado um método de excelência para se obter o entendimento de como o sujeito age e o motivo pelo qual age dessa maneira.

De acordo com Oliveira (2001), as pesquisas que utilizam a abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a intenção de certas variáveis e compreender e classificar processos dinâmicos experimentados.

Segundo Augusto et al. (2013), a pesquisa qualitativa leva o pesquisador para uma ação interpretativa do mundo, no intuito de que os pesquisadores realizem os seus estudos nos cenários naturais, a fim de interpretar os fenômenos que ali ocorrem. Assim, para os autores, a pesquisa qualitativa possui uma grande importância, pois preza pela importância da descrição detalhada dos fenômenos e a ocorrência dos elementos envolvidos.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

Ariquemes foi fundada em 21 de novembro de 1977. Seu nome é uma homenagem à tribo indígena denominada *Ahôpôvo* ou *Arikêmes* (que significa “povos do rio”). Os índios falavam o *ariken*, pertencente ao grupo linguístico Tupi. Esse povo foi extinto nos primeiros confrontos com os novos habitantes do país e pelas mudanças socioculturais. Por ter sido um povo não guerreiro, a invasão dos não indígenas foi facilitada. A tribo vivia cercada de riqueza natural grandiosa porque o local fica em uma bacia hidrográfica que envolve vários rios, sendo o rio Jamari o principal, e uma floresta tropical alternada, com árvores nativas de cacau, seringueiras e castanheiras, assim como jazidas de cassiterita.

A cidade está localizada na Mesorregião Leste Rondoniense, a 198 quilômetros de Porto Velho, a sua área é de 4.426,558 km² e a densidade demográfica é de 23,24 hab/km². É formada por uma população que apresenta diversidade cultural porque é oriunda de vários estados da federação e, ainda, conta com povos indígenas, ribeirinhos, afrobrasileiros, dentre outros. Segundo informações do Atlas Brasil (Censo 2010), Ariquemes tinha uma população de 90.353 habitantes, porém, dados de 1º de julho de 2014 (IBGE, 2014) estimavam

que a população residente no município era de aproximadamente 102.860 habitantes, o que demonstra um crescimento vertiginoso no tamanho da cidade.

O município de Ariquemes está inserido na região do Território Vale do Jamari – TVJ, em RO, cuja população é de aproximadamente 305.000 habitantes (estimativa de 2015). A área é composta pelos municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Cujubim, Machadinho e Rio Crespo.

O Vale do Jamari possui uma dimensão sociocultural muito diversa; entretanto, não existe uma sistematização pormenorizada das manifestações, dos atributos e das expressões culturais. Diante desse cenário, a IES atua de maneira efetiva para contribuir com o desenvolvimento cultural desse território.

Ariquemes é considerado um dos municípios mais prósperos e importantes de Rondônia por sua economia em plena expansão, destacando-se os produtos agropecuários e a intensa atividade de exploração mineral. Como componente de uma região favorecida pela centralidade viária e econômica, é referência obrigatória para os municípios vizinhos, que canalizam os seus produtos para comercialização local, estadual e para exportação.

Município	População residente (2010)	População estimada (2015)
Alto Paraíso	17.144	20.210
Ariquemes	90.354	104.401
Buritis	32.383	37.838
Cacaulândia	5.727	6.367
Jaru	52.005	55.738
Machadinho D'Oeste	31.135	37.167
Monte Negro	14.091	15.873
Theobroma	10.649	11.347
Rio Crespo	3.316	3.750
Vale do Anari	9.384	10.843
Total	266.188	303.534

Fonte: IBGE

Quadro: 1 População de Ariquemes e região de abrangência.

Atualmente, no município de Ariquemes, estão em funcionamento 24 escolas municipais, as quais atendem crianças e adolescentes da educação infantil ao ensino fundamental II. Sendo elas: Centro Municipal de Educação Infantil Arikem; Balão Mágico; Criança Feliz; Madre Tereza de Calcutá; Sonho de Criança. Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Aldemir Lima Cantanhede; Magdalena Tagliaferro e Mário Quintana. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Chapeuzinho Vermelho; Jorge Teixeira; Pedro Louback; Pingo de

Gente; Pingo de Gente; Levi Alves de Freitas; Sonho Meu e Angelo Spadari. Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dirceu de Almeida; Eva dos Santos de Oliveira; Ireno Antônio Berticelli, Jorge Luiz Moulaz; Fundamental Mafalda Rodrigues; Fundamental Paulina Mafini; Vinicius Moraes; Venâncio Kottwitz, Arco Iris e Henrique Dias.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Como parâmetros de inclusão e exclusão de sujeitos para a presente pesquisa, foram incluídos todos os diretores das escolas municipais de Ariquemes que atendam alunos do ensino fundamental II, ou seja, foram inclusas as escolas que ofertam aulas do sexto ao nono ano. Como critério de retirada da pesquisa, serão excluídos os gestores escolares das escolas-polo. Além disso, a exclusão foi configurada também nos casos em que os gestores se recusarem a participar do estudo.

Sendo assim, a população dessa pesquisa se restringe aos gestores das seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Aldemir Lima Cantanhede, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dirceu de Almeida, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jorge Teixeira, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Magdalena Tagliaferro, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Mário Quintana, Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Turbay e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ireno Antônio Berticelli.

3.4 COLETA DE DADOS

3.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a realização da coleta, optou-se pela elaboração de um questionário. De acordo com Rampazzio (2005), este é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Para Barros e Lehfeld (2000), a utilização de questionários possibilita uma maior abrangência de indivíduos e uma maior segurança nas respostas, uma vez que o pesquisado tem tempo suficiente para refletir sobre as questões e, assim, respondê-las adequadamente. Conforme

Marconi e Lakatos (2010), a aplicação de pesquisas através de questionários traz aos pesquisados mais liberdade e segurança, uma vez que os mesmos não serão identificados e não sofrerão repressão por parte do pesquisador.

Para a elaboração do presente questionário, estudo em bibliografias que refletem sobre o presente tema. Assim, após a elaboração desse questionário, buscou-se a validação do mesmo através da aplicação do instrumento para três dirigentes de unidades de ensino da rede estadual de Ariquemes. É importante ressaltar que a pesquisa foi aplicada com gestores das escolas municipais, por esse motivo, gestores de escolas estaduais foram procurados para a validação do presente instrumento de coleta de dados.

O questionário é composto por oito questões abertas, as quais deverão ser respondidas pelos entrevistados no próprio questionário. O tema geral é a atuação do gestor frente à temática desenvolvida nessa pesquisa.

3.4.2 Procedimento de Coleta dos Dados

Assim, a coleta de dados efetivou-se após a apresentação da proposta da pesquisa, assim em seguida, após a aceitação, os sujeitos assinaram o TCLE (Apêndice I), após isso, foi entregue o questionário para que fosse respondido pelos indivíduos que aceitaram colaborar com o desenvolvimento da presente pesquisa. Tais sujeitos tiveram um período de cinco dias para responder o questionário.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da análise dos dados, após o recebimento dos questionários respondidos pelos dirigentes escolares, todas as respostas foram transcritas em uma planilha de *Excel*.

Após a transcrição, a análise da pesquisa efetivou-se através do método de análise de discurso (AD). Sobre isso, de acordo com Caregnato e Multi (2006, p. 680), a “AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido, pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem”.

Conforme Rocha e Deusdará (2006), a AD propõe um envolvimento entre o plano discursivo, a linguagem e a sociedade, os quais são ligados pelo contexto ideológico. Segundo Monte-Serrat e Tfouni (2012), as teorias da AD mostram que a linguagem não tem apenas um sentido, pois percorre os âmbitos social, ideológico e psíquico.

Para Caregnato e Multi (2006), a AD não é uma leitura horizontal, mas, sim, uma análise profunda possibilitada pela descrição e pela interpretação, sempre recorrendo à teoria, ou seja, ao analisar o objeto, é necessário que sempre voltar à teoria. Assim, a AD parte do princípio do sentido, sendo o discurso heterogêneo e carregado de história e ideologia. Para os mesmos autores, a AD não descobrirá nada novo, entretanto, é capaz de dar uma nova visão sobre o objeto, com base na interpretação do discurso, sem apontar o que é certo ou o que é errado.

3.5 ANÁLISE DE RISCO E BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO ESTUDADA

É importante frisar que haverá benefícios diretos dessa pesquisa para os participantes, os quais poderão obter novos conhecimentos. Ademais, as informações coletadas e estudadas foram extremamente valiosas no sentido de apoiar planejamentos futuros acerca da importância da educação sexual nas escolas.

Ressalta-se, aqui, que não ocorreram procedimentos invasivos ou potencialmente lesivos, direcionados aos participantes dessa pesquisa. No entanto, por se tratar de coleta de informações pessoais e de caráter sigiloso, o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos é necessário. Ao participante foi garantida a liberdade de retirada do consentimento a qualquer momento caso deseje deixar de participar do estudo sem que haja qualquer prejuízo. Cabe ainda comentar que houve riscos mínimos para os participantes,

3.7 ASPECTO ÉTICO EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, tendo protocolo CAAE nº 90300918.6.0000.5498, sendo aprovada conforme parecer de número 2.803.393.

3.8 ORÇAMENTO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de financiamento próprio do pesquisador no caso de combustível para a realização das visitas aos locais do estudo e para os gastos com materiais (Apêndice III).

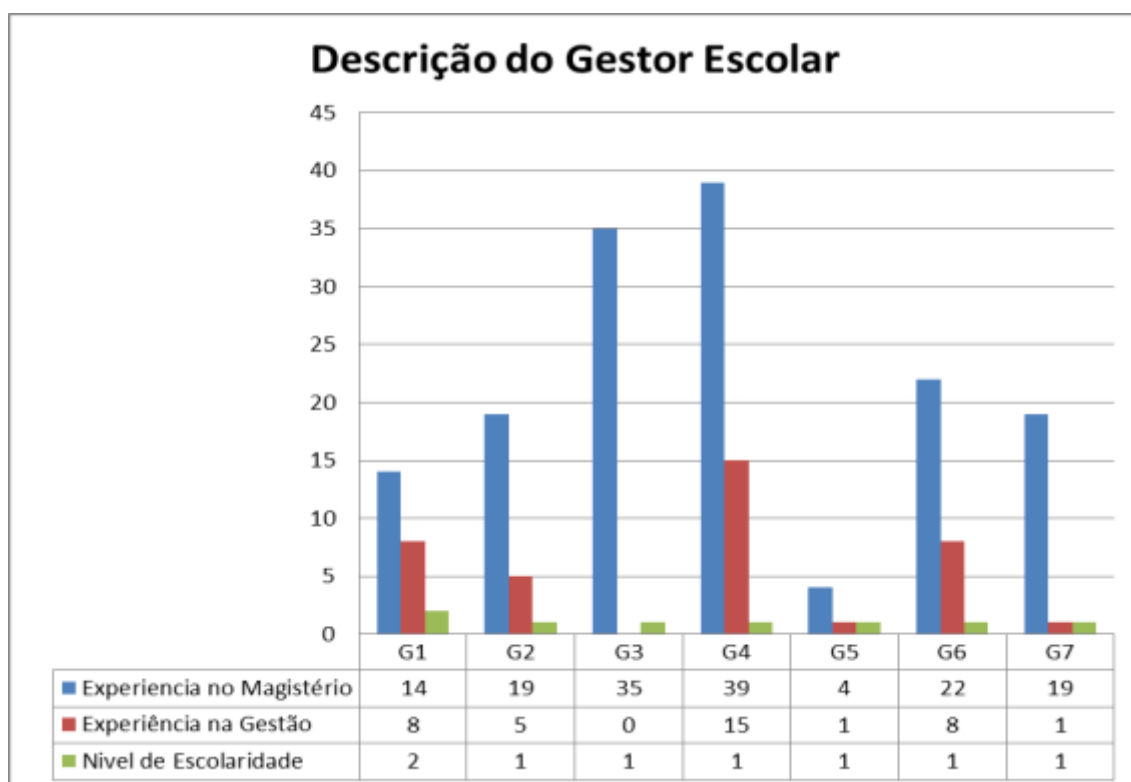
O cronograma das atividades a serem realizadas durante a execução do projeto está descrito no apêndice IV, com início em maio de 2018 e término previsto para agosto de 2019.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da pesquisa de campo foi de suma importância para a conclusão da elaboração desta dissertação, uma vez que a partir da investigação realizada, foi possível conhecer a realidade da Educação Sexual vivida no âmbito escolar das escolas municipais de Ariquemes, interior de Rondônia. Neste capítulo apresento os resultados obtidos através dos questionários que foram aplicados aos dirigentes escolares.

Na figura abaixo (figura 01), é apresentada a descrição dos gestores escolares, estes por sua vez são denominados G1, G2, G3, G4, G5, G6, e G7, visando assim à preservação da identidade dos indivíduos submetidos a esta pesquisa. Desta forma é apresentada a experiência dos gestores tanto no magistério, como também na gestão escolar.

Figura 1: Descrição do Gestor Escolar

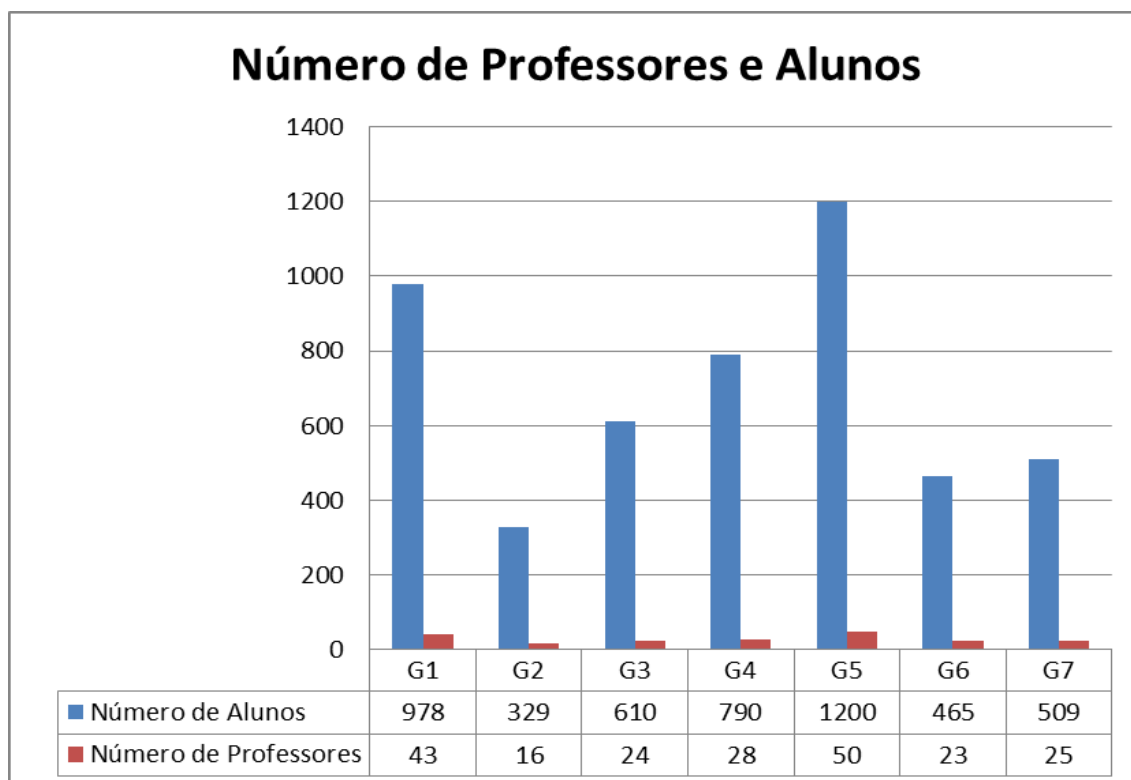


Fonte: Autor.

Neste momento é apresentado na imagem abaixo (figura 02) o número de alunos por escola/gestor e o número de professores por escola/gestor. Salienta-se

que tais dados são de grande relevância para o presente estudo, tendo em vista que a percepção do gestor sobre a EDS tem um impacto direto nos demais membros da comunidade escolar.

Figura 2: Número de Professores e Alunos



Fonte: Autor.

Tendo a descrição dos gestores escolares e o número de docentes e alunos em suas respectivas escolas, passamos agora a analisar os discursos dos gestores frente ao questionário aplicado. Assim os discursos são apresentados na íntegra nos quadros abaixo.

1. Qual é a sua opinião sobre a educação sexual nas escolas?	
G1	É inegável que houve um avanço significativo sobre a educação sexual nas escolas. Entretanto a temática fica a cargo da secretaria de saúde e do professor de ciências.
G2	Necessária, porém com profissionais da área ou com conhecimento do assunto, sabendo passar o conteúdo de forma clara e objetiva.
G3	É um tema relevante, importante para orientação do adolescente, pois muitos ainda não tem essas informações por parte da família.
G4	Válida, precisa, necessário e de grande valia, pois há alunos que não tem a mesma liberdade em falar sobre o assunto.
G5	Enquanto questão educacional nos preocupamos com a Prevenção e Conscientização, pois temos projetos a nível de Orientação Educacional e Parcerias com outras instituições para demonstrar a importância dessa questão a nível coletivo, específico e envolvimento familiar.

G6	Extrema importância, para garantir o respeito, fazendo com que cada indivíduo entenda as mudanças no corpo de maneira tranquila e normal, respeitando a faixa etária.
G7	A educação sexual nas escolas é imprescindível uma vez que desenvolve uma consciência a respeito da saúde do corpo e responsabilidade quanto à prática segura e a quebra de tabus sociais/culturais que causam sofrimento pelo desconhecimento.

Quadro 2: Qual é a sua opinião sobre a educação sexual nas escolas?

Os gestores escolares deixam claro, em seus discursos, que a educação sexual é uma atividade de grande relevância a ser desenvolvida na escola. Neste momento, é notória a ligação do discurso dos gestores com a teoria de Ribeiro (2007), a qual diz que a escola é o local mais propício e eficaz para a efetivação da educação sexual devido a sua aglomeração de adolescentes, os quais se encontram em fase de descoberta da sexualidade.

Em seu discurso, o G1 ressaltou que tal atividade não é realizada por membros da escola, ficando a cargo da secretaria escolar. No caso, o gestor "terceirizou" as ações relacionadas à temática aqui discutida, contradizendo o que é previsto nos PCNs (BRASIL, 1997), os quais preconizam que esse tema deve estar inserido no currículo escolar e que seja desenvolvido de forma transversal. Porém, tal forma de encarar a questão está na contramão do que indica a Carta de Ottawa (1986), a qual diz que a promoção de saúde não é uma responsabilidade exclusiva do setor da saúde.

Neste contexto, em seus depoimentos, os gestores G5, G6 e G7 evidenciaram uma grande preocupação com a temática por meio da realização de um trabalho acerca da importância do processo de conscientização e prevenção no âmbito da sexualidade. O G5 demonstrou a relevância da busca por parcerias, assim como a necessidade de participação familiar no desenvolvimento de projetos com esse tema. O G6 e o G7, em seus discursos, evidenciaram a importância de atividades sobre sexualidade em relação à evolução do indivíduo, principalmente quanto as suas atitudes.

Na visão de Waltker (2004), a articulação entre escola, professores e família favorece significativamente o desenvolvimento da educação sexual, sendo, dessa forma, um fator-chave para um trabalho verdadeiramente efetivo. Nesta perspectiva, Che (2005) resalta que a participação ativa do diretor é de suma importância frente ao desenvolvimento de atividades sobre essa temática, tendo em vista que a mesma

ainda é considerada um tabu por muitos, ou seja, é necessário que os gestores incentivem os professores para que haja estímulo e apoio para a realização da EDS.

Buston, Wight e Scott (2001) afirmam que o apoio advindo dos gestores escolares é importante para os docentes que concretizam o trabalho de EDS. Ademais, os gestores são mediadores frente às reclamações dos pais.

É notório que, de acordo com autores citados anteriormente e com base nos discursos dos gestores, a realização da EDS é inerente ao meio escolar. Tendo com base a teoria de Altemann (2007), a EDS passa a ser vista como uma questão de saúde pública e a escola é um lugar de fácil derramamento das políticas públicas que têm por objetivo promover a saúde das crianças e dos adolescentes.

2. Esta unidade de ensino oferece educação sexual? Você considera o trabalho desenvolvido nessa disciplina como suficiente e esclarecedor?	
G1	A unidade de ensino não oferece. Considero relevante e seria de extremamente esclarecedor, não apenas aos alunos, mas a todos os envolvidos.
G2	Não existe uma disciplina específica, porém é trabalhado de acordo com a necessidade da turma ou individual.
G3	Não, como disciplina específica, ela é trabalhada como tema transversal ao longo do ano letivo e de acordo com a necessidade específica de turmas.
G4	Sim. O nível de adolescentes grávidas é muito baixa, pois é feito um trabalho muito útil a os alunos se sentem a vontade em conversar com o orientador.
G5	Temos como prioridade essa questão, buscando incrementar á família em consonância com o Projeto Político Pedagógico dessa instituição. Porém, não é suficiente para a resolução desta causa, pois é necessária uma participação mais ativa e presente também da família.
G6	Esta escola oferece de acordo com a faixa etária (cuidados com o corpo, mudança, DST, prevenção ao CA e higienização) com apoio dos professores. Esclarecedor sim, suficiente mais ou menos, pois os alunos tem acesso a muita informação sem controle de seu responsável e a escola não domina isto.
G7	O trabalho sobre Educação Sexual aqui na escola poderia ser melhor. Hoje ela está restrita ás aulas de biologia e ás disciplinas eletivas: “ Espelho de Vênus e Escudo de Marte” e a eletiva “Saúde em foco”, que são projetos direcionados á conscientização sobre a saúde, a primeira, especificamente sobre Educação Sexual.

Quadro 3: Esta unidade de ensino oferece educação sexual? Você considera o trabalho desenvolvido nessa disciplina como suficiente e esclarecedor?

Observou-se que todas as escolas pesquisadas oferecem a EDS exceto a escola do G1, o qual afirma que a instituição não a oferece, entretanto, o mesmo enaltece a importância desta, não apenas para os alunos, mas também para todos os envolvidos.

Os demais gestores, em seus discursos, relataram que existe uma preocupação com a EDS. O G5 atestou que, em sua escola, tal temática é tratada com prioridade e em articulação com as famílias dos alunos. Na visão de Crepaldi (2013), a família é o seio do indivíduo por meio do qual o mesmo se insere na sociedade. Assim, em conjunto com outras instituições sociais, em especial, a escola, a família deve proporcionar, aos adolescentes, melhores condições de desenvolvimento em todas as áreas da vida.

Em seu discurso, o G7 ressaltou que, apesar de a escola desenvolver um trabalho voltado para a EDS, tal atividade deveria ser melhor estruturada, tendo em vista que a mesma é restrita à disciplina de biologia.

Com base nos discursos empregados pelos gestores, constata-se que, de acordo com os PCNs, cabe à escola traçar estratégias para discorrer sobre os vários pontos de vista e as crenças existentes na sociedade, com a finalidade de assessorar o aluno, levando-o à descoberta de um ponto de autorreferência por meio da reflexão. Ressalta-se ainda que o trabalho desenvolvido pela escola não esvazia a responsabilidade da família frente ao tema, pelo contrário, deve ser um complemento (BRASIL, 2001).

Levando-se em consideração o que é preconizado pelos PCNs, observa-se a necessidade de que a EDS seja inserida no currículo escolar. Assim, para Sacristan (2000), é preciso que a escola reconheça o currículo como algo inseparável do desenvolvimento escolar do aluno a partir do conhecimento de que o currículo é uma prática desenvolvida através de múltiplas fases, sendo o professor a primeira peça na ordem de concretização desse processo.

Cabe aqui salientar que a EDS não pode estar ligada apenas ao meio reprodutor, ou seja, restritos aos conteúdos de biologia, como relata o G7. Conforme as teorias de Camargo e Ferrari (1999), o trabalho a ser empregado pela escola deve visar uma abordagem ativa frente aos direitos sexuais, como também um trabalho esclarecedor sobre as DSTs e gravidez na adolescência. Teoria esta que nos remete ao discurso do G4, o qual relata que “o nível número de adolescentes grávidas é muito baixo, pois é feito um trabalho muito útil e os alunos se sentem à vontade em conversar com o orientador”.

Para Ribeiro (2003), os professores devem se despir de todos os preconceitos e tabus relacionados à EDS, ou seja, o professor não pode ditar regras ou normas, muito menos estabelecer que os seus valores morais devem ser

seguidos, pelo contrário, o professor deve ser um dinamizador de ideias e um expositor da matéria.

Assim sendo, de acordo com os PCNs, cabe à escola dispor de informações atualizadas do ponto de vista científico e mencionar as diversas afetos agregados à EDS e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilitando, ao aluno, o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (BRASIL, 2001).

3. Como se desenvolve o trabalho de Educação Sexual nesta unidade?	
G1	Limita-se as ações organizadas e planejadas pelos docentes que ministram a disciplina de ciências. E uma palestra anual realizada pela UBS.
G2	Através de orientações educacionais.
G3	Através de palestras realizadas pelo SOE- Serviço de Orientação Escolar, e profissionais da área de saúde, convidados especiais.
G4	Através de palestras, conversas em grupo e individual e vídeos sobre o assunto.
G5	Através de palestra com profissionais na área da saúde, Serviço de Orientação Educacional e nas disciplinas de Ciências e Biologia.
G6	Através de roda de conversa, palestra, cartazes, temos a Biofeira de ciências com os professores de ciências, parcerias com outros órgãos
G7	O trabalho com a Educação Sexual se desenvolve através do conteúdo curricular de Biologia e nos 2 projetos de Eletiva citados na resposta anterior.

Quadro 4: Como se desenvolve o trabalho de Educação Sexual nesta unidade?

Na maioria das escolas, a EDS é desenvolvida através de palestras, o que, de acordo com Ferraz e Bellott (2010), fica restringido à área de conhecimento, o que não causa grande impacto no indivíduo. Nesta perspectiva, para que ocorra êxito, a EDS deve ser desenvolvida de forma ativa, por meio da qual existam, de fato, a participação e a interação do aluno, o que irá desenvolver o senso crítico do mesmo (ALENCAR, 2008).

No decorrer da leitura das indagações anteriores, observaram-se respostas negativas no discurso do G1: “a temática fica a cargo da secretaria de saúde” e “uma palestra anual realizada pela UBS”. Desta forma, verifica-se que tal atividade é insatisfatória e insuficiente, uma vez que palestras, de acordo com a taxonomia de Bloom (FERRAZ; BELLOTT, 2010), não atingem níveis elevados de aprendizagem. Além disso, o trabalho é feito apenas uma vez no ano. Foi apontado, também, que tal atividade é desenvolvida pelo professor de biologia, ou seja, o conteúdo

trabalhado é baseado apenas nos conhecimentos acerca do sistema reprodutivo humano.

Infelizmente, no decorrer da história, nota-se que a comunidade escolar vem deixando apenas para os professores responsáveis pelos componentes curriculares de ciências e biologia a responsabilidade pela execução e pela orientação sobre o tema (SILVA e SANTOS, 2011). Para Rodrigues e Salles (2011), uma das maiores dificuldades encontradas para a realização eficaz desse trabalho é que a prática não ocorre de maneira natural e sistemática, isto é, para muitos, tal ação não é entendida como parte das várias dimensões do ser humano.

4. Você acha que os professores necessitam de capacitação específica para trabalhar com o tema da sexualidade? Por quê?	
G1	Sim. Acredito que a formação específica faz-se necessário para assumir a responsabilidade de construir na escola uma postura ética, profissional e consciente sobre o tema.
G2	Sim. Muitos se receiam em falar no assunto.”
G3	Capacitação é sempre muito importante e bem vinda e nem todos os professores tem a habilidade para tratar sobre o tema.
G4	Sim, pois nem todos gostam e sentem vontade, ficando a maior parte do tema para a equipe da orientação.
G5	Sim. Porque é uma problemática/ sistemática que todo corpo docente necessita ser submetido a um treinamento direcionado, para aperfeiôá-lo no âmbito e fortalecer esse vínculo de prevenção junto com os alunos e envolvimento da família nesse cenário/ contexto.
G6	Os professores estão trabalhando com bastante sucesso, uma capacitação sobre o tema é sempre bem-vinda. Nossos professores são proativos e colaboram muito com o trabalho educacional.
G7	Os professores necessitam muito de capacitação específica, justamente por ser um tema muito específico que requer conhecimento e metodologias apropriadas.

Quadro 5: Você acha que os professores necessitam de capacitação específica para trabalhar com o tema da sexualidade? Por quê?

5. Você promove atividades de preparação e capacitação de professores para trabalharem essa temática na unidade? Em caso afirmativo, como é feita essa preparação docente?	
G1	Não
G2	Não
G3	Não
G4	Não. Pois na maioria das vezes é feita por nós e os professores preferem.
G5	Não há um trabalho específico no próprio componente curricular. Porém, o serviço de Orientação Sexual trabalha na questão preventiva e de conscientização.

G6	Quando há necessidade fazemos encontros, oficina. Mas temos dificuldade em encontrar palestrante para este tema.
G7	Ainda não, sobre esta temática não.

Quadro 6: Você promove atividades de preparação e capacitação de professores para trabalharem essa temática na unidade? Em caso afirmativo, como é feita essa preparação docente?

Neste quesito, os gestores admitiram que tal atividade é de grande relevância, entretanto, os mesmos apontaram que não realizam essa atividade na sua unidade escolar. O G6 disse que enfrenta certas dificuldades para encontrar um profissional capacitado para desenvolver tal labor com os docentes. Neste sentido, Maia et al (2006) atesta que, quando a educação sexual é incorporada na formação dos professores, tal ação contribui de forma significativa para o enriquecimento da prática docente com os alunos. De acordo com os autores citados, essa ação gera benefício direto para todos os envolvidos; professores, alunos e familiares.

Nessa conjuntura, o trabalho desenvolvido pelos educadores deve ser realizado de tal forma que o aluno seja ativo no processo de aprendizagem, seja por meio de ações que privilegiem o posicionamento de cada indivíduo em relação ao tema abordado. Assim, chega-se a um levantamento de dúvidas, divergências e pontos de vista em comum. Portanto, o professor deve estar capacitado para proporcionar ferramentas para a formação de uma atitude crítica e reflexiva e de comprometimento em relação ao sexo no indivíduo (ALENCAR, 2008).

Na visão de Rodrigues e Salles (2011), o professor precisa estar sensibilizado para desenvolver tal temática, ou seja, é necessário que o professor esteja interessado e disposto a estudar e a propor atividades acerca da temática, caso contrário, o trabalho não será eficaz. É nesse sentido que está a importância da capacitação docente a fim de que ocorra a sensibilização dos professores.

Assim, a capacitação deve paramentar e desenvolver, nos professores, habilidades essenciais para que consigam alcançar as expectativas dos alunos, não somente questões ligadas à biologia, mas também questões ligadas a sentimentos, a valores, à moral e à ética. Desta forma, a capacitação docente deve proporcionar aos mesmos condições de ampliar o seu conhecimento por meio de programas de atualização voltados à educação sexual (JARDIM; BRÊTAS, 2006).

Conforme os discursos dos gestores, é visível a necessidade do avanço da formação continuada voltada à educação sexual, tendo em vista que, em sua

maioria, os cursos de formação inicial não contemplam discussões que abarquem tal temática em seus componentes curriculares (RODRIGUES; SALLES, 2011).

Nos mais bem sucedidos exemplos de gestão participativa, observou-se que os diretores dedicam uma quantidade considerável de tempo à capacitação profissional e ao desenvolvimento de um sistema de acompanhamento escolar e de experiências pedagógicas caracterizadas por reflexão-ação (LUCK, 1998, p.16).

6. Quais são os resultados alcançados com os trabalhos de orientação sexual nesta escola?	
G1	A escola não possui resultados sobre os trabalhos realizados. Na verdade não houve uma análise sobre as ações efetivadas.
G2	Vem atingindo resultados gradativamente, conforme o aluno vai avançando da serie e na idade.
G3	Alunos mais informados e preparados para se posicionar diante do problema, evitando gravidez e ou doenças sexualmente transmissível.
G4	Não tem resposta.
G5	Infelizmente apesar de todo um trabalho voltando para essa temática, junto ao corpo discente, e necessário um suporte com mais intensidade por parte da família. Pois não há uma continuidade eficiente se não houver a participação ativa dos pais/responsáveis.
G6	Aceitação do corpo, diminuição de ofensas, denuncia de abuso, respeito ao próximo, meios de segurança ao falar sobre o tema.
G7	Os resultados são jovens mais apropriados sobre conceitos e pré-conceitos, mais consciente sobre o seu papel e responsabilidade nos relacionamentos e consequentemente jovens mais saudáveis do corpo e de mente.

Quadro7 Quais são os resultados alcançados com os trabalhos de orientação sexual nesta escola?

Percebe-se, nos discursos de alguns gestores, que os mesmos se preocupam com os resultados obtidos pelas ações voltadas à educação sexual, entretanto, o G1 em especial, afirma que, na IES dirigida por ele, não é realizada essa atividade: “A escola não possui resultados sobre os trabalhos realizados. Na verdade, não houve uma análise sobre as ações efetivadas”, o que é algo extremamente preocupante, tendo em vista que é, através desses resultados, que a escola deve se planejar e traçar metas a serem alcançadas.

Com base no discurso do G1, observamos que existe um desfalque em relação ao planejamento das atividades relacionadas à EDS. Dessa forma, destacamos aqui a importância do planejamento, o qual, de acordo com Padilha (2001), é uma metodologia de busca de estabilização entre meios e fins, dentre

recursos e objetivos, almejando um melhor funcionamento da escola. Para o autor, o ato de planejar é consecutivamente um momento de reflexão, de compartilhamento de decisões e de avaliação de recursos disponíveis para a concretização do objetivo final.

Com base nisso, exaltamos a importância da inserção de ações voltadas à EDS no planejamento curricular escolar, pois, conforme Vasconcelos (2002), é no planejamento curricular que ocorrerá a decisão sobre como a escola atuará frente à temática, assim, tal atividade servirá como instrumento de guia da ação educativa na escola.

Ainda sobre o discurso do G1, na perspectiva de Figueiró (2014), as atividades voltadas à educação sexual, em sua maioria, têm a finalidade de combater problemas pontuais relacionados à sexualidade, ou seja, não buscam realizar, de fato, uma educação sexual efetiva e emancipatória. No contexto, a EDS não pode ser vista apenas como uma ação amenizadora frente aos problemas sociais.

Levando-se em consideração as teorias citadas acima, voltamos ao discurso do G2, no qual, quanto às teorias de planejamento curricular, notamos que a escola realiza um planejamento de acordo com a necessidade e a faixa etária dos seus educandos.

Com base no discurso do G3, é notório que a escola vem atingindo bons resultados conforme preconizado pelos PCNs, assim, verificamos uma ligação com a teoria de Leão (2009), conforme a qual o trabalho voltado à EDS deve ir além dos conhecimentos de cunho sexual e promover o espírito crítico e reflexivo nos alunos, levando-os à capacidade de dialogar e questionar frente à EDS sem serem reprimidos.

Sobre os resultados alcançados, o discurso do G5 causa grande contentamento, tendo em vista que o mesmo é um dos gestores que mais demonstrou interesse na realização de atividades sobre a temática. O gestor ressaltou que, mesmo com todo o trabalho realizado pela escola, é necessária uma evolução, pois o que se faz ainda não é suficiente. Ele reforçou, portanto, a importância da união entre a escola e a família. Aqui, voltamos à teoria de Waltker (2004), segundo a qual a interação entre a escola e a família é um ponto-chave para o êxito da EDS.

Nesta perspectiva, Leão (2016) diz que é imprescindível que seja realizada uma parceria entre escola e família, pois é indispensável que os pais e os profissionais de educação superem os temores e os tabus ligados à sexualidade, disponibilizando, assim, a promoção de uma EDS de êxito aos alunos. De acordo com os PCNs, a EDS oferecida pela escola deve ser de caráter complementar, ou seja, não deve ser vista como uma forma de eximir a família de sua responsabilidade quanto a tal temática (BRASIL, 1990).

7. Existem parcerias entre esta escola e outros órgãos (ONGs, Secretaria de Educação e empresas) para o trabalho com esse tema na unidade? Quais?	
G1	Sim, Secretaria de Saúde e UBS.
G2	“Não tem parcerias
G3	Parcerias com a saúde, palestras com profissionais e posto de saúde.
G4	Não tem resposta.
G5	Existe parceria com as instituições de ensino superior e às Unidade Básicas de Saúde (UBS's).
G6	Através dos estagiários, prefeitura unidade de saúde, professores e psicólogos.
G7	As parcerias, não posso afirmar que são contínuas, elas tem sido mais pontuais e esporádicas. À medida que a escola sente a necessidade de trabalho mais especificamente algum tema, buscando parceiros que possam nos auxiliar e trazer mais esclarecimentos para nossos estudantes.

Quadro 8: Existem parcerias entre esta escola e outros órgãos (ONGs, Secretaria de Educação e empresas) para o trabalho com esse tema na unidade? Quais?

Sobre as parcerias firmadas pelas escolas, percebe-se que são de suma importância para o desenvolvimento da educação sexual tendo em vista que, como citado nos discursos dos gestores, muitos professores não se sentem aptos para a realização de tal atividade, ficando a cargo da secretaria de saúde o desenvolvimento desta. Entretanto, observou-se que, mesmo assim, a atividade não é realizada com êxito.

Em vista disso, é notória a importância da inserção das escolas nos programas de saúde, como o “Saúde e Prevenção nas Escolas” (SPE), por meio do qual são trabalhados temas como educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DSTs/Aids (BRASIL 2011).

Que alternativas e ações seriam possíveis para aperfeiçoar o trabalho de orientação sexual nesta escola?

G1	Disponibilização de materiais adequados, formação específica, reflexão sobre os valores e preconceitos dos próprios educadores sobre o trabalho.
G2	Incluir a disciplina na grade curricular e buscar profissionais habilitados para tal.
G3	Não tem resposta.
G4	Mais pessoas habilitadas e capacitadas, participação dos pais na vida escolar e sexual dos alunos, mais matérias didáticos pedagógicas para enriquecer o trabalho.
G5	Deliberação com os professores das disciplinas específicas, com atividades interdisciplinares, dentro de suas peculiaridades. Acionar essas disciplinas em treinamento com profissionais da área para provocar a participação maciça dos pais/responsáveis e alunos. Fazer um planejamento, bem como formular projeto específico para tal aplicação na comunidade escola. Após o emprego/desenvolvimento do projeto, realizar um relatório estatístico e situacional, para verificar os resultados obtidos.
G6	Nossa escola é muito grande com 2.213 alunos, mais palestras, capacitação docente, rodas de conversa.
G7	Não tem resposta.

Quadro 9: Que alternativas e ações seriam possíveis para aperfeiçoar o trabalho de orientação sexual nesta escola?

Levando-se em consideração o discurso dos gestores sobre os possíveis aperfeiçoamentos frente à questão da educação sexual, cinco dos sete participantes da pesquisa destacaram, em suas respectivas falas, a importância da capacitação docente. Dessa forma, remeteram às teorias de Jardim e Brêtas (2006) e de Rodrigues e Salles (2011), previamente apresentadas na questão quatro, as quais defendem, com seriedade, a formação docente voltada para a EDS.

É de grande estima que a EDS na escola seja uma ação reflexiva. Para isso, existe a necessidade de uma formação docente que também parta de uma ação reflexiva, configurando-se em uma política de valorização pessoal e profissional da equipe escolar (PIMENTA, 2012).

Nesta perspectiva, é sabido que, no meio escolar, ocorrem as formações continuadas, que são definidas por Rodrigues e Esteves (1993) como atividades formativas que buscam, primordialmente, o melhoramento dos conhecimentos, das práticas e das atitudes dos educandos.

Partindo-se do conceito de gestão participativa sob a ótica de Luck (2006), é necessário que a gestão escolar inclua, na formação continuada da equipe escolar, a temática aqui discutida, visando ao melhoramento e ao aperfeiçoamento do trabalho a ser realizado com os educandos.

Para Figueiró (2006), a prática docente deverá ser humanizada e capaz de abordar questões direta ou indiretamente ligadas à sexualidade. Neste sentido, observa-se a necessidade de uma formação mínima para que os docentes possam lidar com a temática da sexualidade em sala de aula.

5. CONCLUSÕES

Ao escolher falar sobre a Educação Sexual no Âmbito Escolar levei em consideração a realidade vivenciada por mim e por muitos outros discentes no período escolar. Como discente eu sentia falta de um amparo por parte da escola em relação a esta temática, que a sua aplicação na época era quase nula. Penso que não escolhi este tema, mas sim foi escolhido pelo mesmo.

Ao refletirmos sobre a educação de modo geral, é nítido que houve grandes avanços no campo educacional, o mesmo ocorre com a EDS, qual antes era visto como algo ilegal, e até mesmo, imoral. Entretanto como foi trabalho a ao decorrer desta dissertação, a obrigatoriedade da EDS está ligada aos aspectos históricos da sociedade.

Atualmente existem inúmeras discussões em torno da EDS, muito se fala em direitos de liberdade, contudo, esta temática é reprimida, tanto no seio familiar quanto no núcleo escolar. Por mais que se tenha passado décadas de discussões sobre a inserção da EDS no currículo escolar, ainda há certa resistência em aceitar que esta temática seja trabalhada no contexto escolar. Como vimos à sexualidade ainda é vista como um tabu e por isso, muitos se sentem desconfortáveis ao falar sobre a presente temática. Acreditam que é algo íntimo, particular, que não deve ser discutido ou exposto em grupo. No senso comum, interpretam a sexualidade apenas como o ato sexual e não como uma dimensão importante da vida humana, que vai além deste, pois a sexualidade ultrapassa as relações sexuais, é algo inerente a condição humana.

Ressalta-se aqui que a presença da família é de suma importância neste processo, contudo, ao realizar a pesquisa de campo, constatou-se que, de fato, as escolas buscam criar um elo entre escola e família. De fato, a família deveria realizar um trabalho mais eficaz com seus filhos deixando de lado o pudor em não querer falar sobre este tema, indicando que não é algo a ser discutido. O que vimos no debate teórico é que sim, a sexualidade deve ser discutida em casa, pois é inerente à condição humana. Contudo, isto também está imenso em uma cultura que entende a sexualidade como tabu e esta falta de comunicação acarreta a busca de informações em outras fontes.

Na atualidade os recursos midiáticos exercem forte influência sobre a sociedade em geral e, principalmente sobre as crianças e adolescentes, tornando-se assim, uma das principais fontes de informações dos adolescentes, que por muitas das vezes tem inúmeros recursos tecnológicos ao seu alcance. Tais recursos tecnológicos oferecem múltiplas maneiras de buscar informações, porém nem todos os locais de acessos disponíveis pela mídia são confiáveis e o descontrole destas informações pode ocasionar danos aos próprios discentes, pois o acesso a essas informações não são presenciadas pelos seus pais ou responsáveis.

Crianças e jovens, muitas vezes, absorvem as informações trazidas pela mídia como se fossem verdades absolutas, sem consequências e que devem ser copiadas. E por não conseguirem analisar criticamente as informações disponibilizadas pela mídia, tornam-se vulneráveis a diversas situações (como as violências sexuais, DST's, gravidez, por exemplo).

Considerando o perfil epidemiológico das doenças sexualmente transmissíveis no panorama mundial e ainda o alto índice de gravidez na adolescência, a adoção de medidas educativas direcionadas a população jovem, na busca de minimizar os riscos a que os mesmos estão expostos é responsabilidade da sociedade como um todo. Assim, o que antes era assunto restrito da família tende e deve ser incorporado também pela escola e, mais do que tudo, pelo Estado.

Entretanto, é possível compreender a origem dessas dificuldades do desenvolvimento da EDS quando se volta à atenção para o processo histórico da mesma. Com o passar dos anos, ela vem se transformando, por mais que haja restrições e receios por parte da sociedade. Porém, no Brasil, o debate sobre a questão teve início com no movimento dos higienistas entre o Século XIX e XX, que visava à transformação do povo brasileiro que tinha por objetivo "limpar" a sociedade das mazelas da pobreza e entre elas, estavam as "doenças venéreas". Desde sempre, portanto, a temática da sexualidade nas escolas esteve atrelada ao campo da saúde, mas sempre a partir de um caráter "moralista", de controle da população mais pobre.

Com a realização da pesquisa de campo, no embate da teoria com a prática/realidade, foi possível constatar e identificar a real importância e carência da realização deste trabalho no âmbito escolar. Os dados levantados nesta pesquisa sugerem um norte para que ocorra o desenvolvimento adequado da Educação Sexual no âmbito escolar.

As escolas em questão, por sua vez, reconhecem a falta de projetos que abordem diretamente e indiretamente esta temática, em sua maioria assumem que a forma que vem sendo tratada essa temática não está atendendo à demanda. Os gestores consideram importante a realização deste trabalho no contexto escolar, uma vez que, em muitos casos, o aluno só obtém informação direta sobre EDS no âmbito escolar, pois não existe um diálogo com os pais. Entretanto, os gestores apontam o despreparo por parte do corpo docente para desenvolverem este trabalho de forma eficaz, evidenciando a necessidade da capacitação docente para a saberem lidar com essa abordagem. Vale lembrar também que, assim como os pais, os professores também são parte de uma sociedade que entende a sexualidade como um tabu.

Os gestores, por sua vez, admitem que não realizam treinamentos com seus docentes para desenvolver habilidades e competências para a aplicação deste trabalho. Mesmo sendo apontado e reconhecendo que a forma que esta sendo trabalhada não é suficiente, as instituições insistem em manterem o mesmo processo, o que se torna redundante e irrelevante.

Os PCN's norteiam como deve ser realizado o trabalho sobre a Educação Sexual na escola, porém isso não é levado em consideração pela escola. Na maioria das vezes, a escola vê a sexualidade como algo biológico, apenas representando essa temática no conteúdo da reprodução e das doenças sexualmente transmissíveis.

A realidade vivenciada por estas unidades de ensino certamente não se distancia das outras escolas, uma vez que a maioria das escolas não desenvolvem um trabalho contínuo e sistemático sobre a EDS. Por mais que tenham ocorrido avanços nas inovações pedagógicas e no debate sobre o tema, os educadores se sentem insuficientes para realizar este trabalho.

Deste modo, se faz necessário que tanto a gestão escolar quanto o profissional da educação estejam preparados para realizar este trabalho integral ao adolescente e também a sua família, quando necessário. Com isso, promoverá qualidade de vida a estes indivíduos e prevenirá problemas futuros. Assim, a escola deverá voltar-se para as reais necessidades dos adolescentes.

A afetividade e a responsabilidade devem estar inseridas no processo de viver a sexualidade pelos adolescentes, devendo ser estimulados pela família e escola. Atentos a maneira como a sexualidade está sendo ensinada no espaço

escolar, os formadores devem procurar desassociar sexo do amor, pois é comum que a relação estabelecida esteja baseada na atração física e na necessidade de prazer pura e simplesmente. É sabido hoje que o "amor romântico" envolve também relações muito machistas, em que à mulher cabe "amar" seu companheiro e ao homem exercer seu prazer sexual, contudo isso acarretou na submissão das mulheres a partir da negação de seus desejos e na dependência aos homens. Entretanto hoje, as mulheres alcançaram um nível elevado de autonomia, tal autonomia lhes permitem viver o seu prazer da forma como acharem melhor, inclusive as adolescentes. Com o passar do tempo, a mulher vem conquistando sua igualdade perante a sociedade. Contudo existe um grande risco de todas essas conquistas sofrerem um retrocesso com a retirada das práticas educativas sobre sexualidade das escolas, como quer, alguns parlamentares e representantes religiosos.

A formação docente seria um ponto chave para a realização de um trabalho eficaz dessa temática. Ou seja, ao invés da escola intensificar projetos direcionados apenas aos alunos, a realização de oficinas; formação continuada e treinamento para os docentes levariam a instituição atingir outro patamar. Pois os professores apontam que não tem uma formação para que possam realizar este trabalho com clareza, pois alguns têm medo de serem mal interpretados.

Assim quando os profissionais de saúde solicitados a realizarem trabalhos apenas com os alunos, os professores por sua vez ao serem questionados, se sentirão despreparados para tratar deste assunto com o educando. Então desta forma, ao intensificar as parcerias com os órgãos de saúde, não se deve pensar somente no aluno, mas sim no contexto escolar como um todo, pois os alunos saem da escola, os professores permanecem e estes mesmos serão responsáveis em transmitir o conhecimento.

Ao estarem preparados/qualificados, os docentes não se sentirão desqualificados para o desenvolvimento da Educação Sexual, assim, a realização deste trabalho poderá ser contínua e sistemática, e não estará violando nenhum preceito da sociedade, uma vez que os docentes estão trabalhando com um embasamento teórico no qual os mesmos foram qualificados.

Não devemos pensar que a Educação Sexual é apenas um dever da escola, mas sim da sociedade em geral. Esse preconceito de que não se deve falar sobre sexualidade em público deve ser deixado de lado, uma vez que a sexualidade

sempre estará presente em nosso contexto social. Assim, não aponto somente a preparação/qualificação/formação docente para que seja atingida a resolução da problemática abordada nesta monografia, mas à sociedade em geral que deve se conscientizar que este trabalho deve ser realizado em conjunto.

Sendo assim conclui-se este estudo com a proposta de uma nova disciplina intitulada “Educação Sexual no Âmbito Escolar: teoria, prática e responsabilidade em saúde” (apêndice IV) a ser inserida nas matrizes curriculares dos cursos de licenciaturas, de formação docente e também para ser ministrada em programa de capacitação docente, com métodos ativos, como a problematização, a serem desenvolvidos pelas escolas, com a participação de gestores, professores e orientadores escolares, através de parcerias firmadas com a secretaria de saúde, secretaria de educação e com instituições de ensino superiores que ministrem cursos relacionados a essa temática. Sugere-se, também, como subproduto dessa disciplina, que os docentes em formação ou em curso de capacitação que estejam cursando essa nova disciplina, produzam trabalho de campo que consista na realização de oficinas temáticas permanentes de modo a envolver a comunidade escolar com a família, com o intuito de estreitar as relações entre escola e família frente à temática, através de metodologias ativas, de maneira que os resultados sejam mais eficazes e abrangentes no que diz respeito à divulgação de informações e à prevenção em saúde da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. de A. et al. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 14, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132008000100011>. Acesso em: 30 de Nov. de 2017.

ALTMANN, H. Sobre a Educação Sexual como um Problema Escolar. **Revista Linhas**, Florianópolis, SC, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1324/1133>>. Acesso em: 29 de Nov. de 2017.

ANDRADE, M. M. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARDIM, D. P.; BRETAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 59, n. 2, p.157-162, 2006.

AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007>. Acesso em: 10 de Mar. de 18.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 mar. 18.

BOZON, M. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, p. 122-135, 1995. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16925/15480>> Acesso em: 15 mar 2018.

BRASIL, [Lei nº 4.121, 27 de Agosto de 1962](#). Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, 3 set. 1962. Seção 1, p. 9125. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-norma-pl.html>>. Acesso em: 30 de Nov. de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Marco Legal: Saúde, um Direito de Adolescentes**. Brasília, DF, 2007, 59 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf>. Acesso em: 30 de Nov. de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2018

BUGLIONE, S. **Ações em direitos sexuais e direitos reprodutivos**. Porto Alegre: Themis, 2001.

BUSTON, K. et al. Difficulty and Diversity: the context and practice of sex education. **British Journal of Sociology of Education**, v. 22, n. 3, p. 353-368, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/29814748_Difficulty_and_Diversity_The_context_and_practice_of_sex_education> Acesso em: 13 de Dez. 2018.

CAMARGO, E. Á. I.; FERRARI, R. A. P.. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 3, p. 937-946, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300030>. Acesso em:

CANABARRO, R. História e Direitos Sexuais no Brasil: O Movimento LGBT e a Discussão sobre a Cidadania. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2013. Passo Fundo, RS. **Anais Eletrônicos...** Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo (UPF), 2013. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CAREGNATO, R. C. A. MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enferm.**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>. Acesso em:

CARVALHO, F. F. B. de. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312015000401207&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 de Dez. 2018.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma Epistemologia. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 25 mar. 2018.

CHE, F. S. A study of the implementation of sex education in Hong Kong secondary schools. **Sexuality, Society and Learning**, Hong Kong, Japan, v. 5, n. 3, pp. 281-294, 2005. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14681810500171458>>. Acesso em: 14 de Dez. 2018.

COELHO, E. de A. C. et al. O planejamento familiar no Brasil contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 37-44, 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/41133>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

COSTA, F. S.; SILVA, J. L. L.; DINIZ, M. I. G.. A importância da interface educação\saúde no ambiente escolar como prática de promoção da saúde. **Informe em promoção da saúde**. Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 2, p. 30-33, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/promocaodasaude/PS%20no%20ambiente%20escolar.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

CREPALDI, E. M. F. A Importância da Família na Escola para a Construção do Desenvolvimento do Aluno. XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, Curitiba, PR, p.11733-11744, 2013. **Anais Eletrônicos...** Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57849406-A-importancia-da-familia-na-escola-para-a-construcao-do-desenvolvimento-do-aluno.html#download_tab_content>. Acesso em: 20 de Dez. 2018.

DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

FERRAZ, A. P. C. M., BELHOT, R. V. (2010). Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gest. Prod.**, São Carlos, SP, v. 17, n. 2, p. 421-431. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2010000200015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 de Dez. 2018.

FERREIRA, P. **Curso de Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: José Konfino, 1974.

FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, K. K. S. Movimento Higienista E O Atendimento À Criança. In: II SIMPÓSIO REGIONAL SOBRE VOZES ALTERNATIVAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE PODER, IDENTIDADES, PATRIMÔNIO, CULTURA E “EXCLUÍDOS” SERGIPE. 2012, Aracaju, SE. **Anais Eletrônicos...** Aracaju, SE: Faculdade São Luiz de França, 2012. Disponível em: <<https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>>. Acesso em: 01 mar 18.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. 2. ed. Londrina: Eduel, 2014.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GONÇALVES, R. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **Lutas Sociais**, n. 21/22, p. 98-110, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18620>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. da S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**. vol. 59, n. 2, p. 157-162, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672006000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 de Dez. 2018.

KUHLMANN, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 350f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2009.

LIBERAL, E.F. et al. Acidentes e danos com escolares: incidência, causas e consequências. *Jornal de Pediatria*. v. 81, n.5, p.155-163, 2005.

LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUCK, H.. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAIA, A. C. B. et al. Orientação Sexual para professores: formulário para avaliar a aquisição de conhecimento sobre sexualidade infantil. **Mimesis**, Bauru, SP, v. 27, n. 2, p. 107-123, 2006.

MALTA, D. C. et al. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, p. 147-156,

2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2011000500015>. Acesso em:

MANSANERA, A. R.; SILVA, L. C. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 1 Maringá, PR, 2000, p. 115-137. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722000000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 mar. 18.

MARTELLI, A. C. Uma Experiência pedagógica com o tema transversal Orientação Sexual. In: **Discutindo o Ensino**. Organizado por Aparecida FeolaSella e Clarice Cristina Corbari. - Cascavel, Pr. Edunioeste, 2009.

MOLINA L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, Lodrina, PR, v. 4, n. 8, p. 949-962, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7153>>. Acesso em: Acesso em: 19 de abr. 2018.

MONTE-SERRAT, D. M.; TFOUNI, L. V. Letramento e discurso jurídico. **Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, SP, v. 14, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, C. “Libertar o Brasileiro de seu Captiveiro Moral”: Identidade Nacional, Educação Sexual e Família no Brasil da Década de 1930. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3093/309326585004/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Carta de Ottawa. In: I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1986. Ottawa, Canadá. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10 de fev. 2018.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. A Declaração de Jacarta: sobre Promoção da Saúde no Século XXI. In: IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1997. Jacarta, Indonésia. Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/jakarta/en/hpr_jakarta_declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PEREIRA, A. L. F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas Ciências da Saúde **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 5, p. 1527-1534, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000500031&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 de maio 2018.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática?. São Paulo: Cortez, 2012.

RAPAZZIO, L. **Metodologia Científica Para Alunos dos Cursos de Pós-Graduação**. e. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REIS, L. G. **Produção de Monografia**: Da Teoria à Prática, o Método de Educar pela Pesquisa (MEP). Brasília: Editora SENAC 2012.

RIBEIRO, M. **Mamãe, como eu nasci? Menino brinca de boneca?** [S.l.]. Rio de Janeiro: Editora Salamandra. 2003. Disponível em: <<https://arautodecristo777.files.wordpress.com/2013/06/mamc3a3e-como-eu-nasci.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.. Debates contemporâneos sobre Educação para Sexualidade. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 abr. 2018.

ROCHA, A. et al. Evolução da saúde escolar em Portugal: Revisão legislativa no âmbito da educação. **Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health**, Viseu, Portugal, n. 41, p. 69-87, 2016.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B.. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010>. Acesso em: 13 de març. 2018.

RODRIGUES, A.; ESTEVES, M. **Análise de necessidades de formação como campo de investigação científica**. Portugal: Porto, 1993.

RODRIGUES, A. R. F.; SALLES, G. D. Educação Sexual, Gênero e Diversidade Sexual: Formação de Professoras e Alunas Multiplicadoras como Metodologia de Ensino. In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, Londrina, PR, 2011. **Anais Eletrônicos...** Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina (UEL) 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Adriana.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

SFAIR, S. et al. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde Soc.**, São Paulo, SP, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00620.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SILVA, R. C. P. da; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132006000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SILVA. A. P. O. **Páginas da história:** notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE – Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. [S. I.] Brasília: Inep/MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/392>> Acesso em: 15 mar. 2018.

SILVA, L. M. M; SANTOS, S. P. Sexualidade e formação docente: representações de futuros professores/as de ciências e biologia. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, v. 8, 2011.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo social**, São Paulo, SP, v. 10, n. 2, p. 63-100, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06?www.de.utad.pt/~fgouveia/maio68/maio68.html%23cartl>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação.** Rio de Janeiro: Estante Virtual. 1998.

WALKER, J. Parents and sex education-looking beyond 'the birds and the bees'. **Sexuality, Society and Learning**, Hong Kong, Japan, v. 4, n. 3, p. 239-254, 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1468181042000243330>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ANEXO I - Instrumento

A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Douglas Pereira do Nascimento

Telefone: (69) 984569617

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Dioneia Motta Monte-Serrat

QUESTIONÁRIO AO GESTOR ESCOLAR

Formação: _____

Cursos realizados (especialização, mestrado e outros) _____

Tempo de Magistério: _____ Tempo de Gestão: _____

1. Qual é a sua opinião sobre a educação sexual nas escolas?

2. Esta unidade de ensino oferece educação sexual? Você considera o trabalho desenvolvido nessa disciplina como suficiente e esclarecedor?

3. Como se desenvolve o trabalho de educação sexual nesta unidade?

4. Você acha que os professores necessitam de capacitação específica para trabalhar com o tema da sexualidade? Por quê?

5. Você promove atividades de preparação e capacitação de professores para trabalharem essa temática na unidade? Em caso afirmativo, como é feita essa preparação docente?

6. Quais são os resultados alcançados com os trabalhos de orientação sexual nesta escola?

7. Existem parcerias entre esta escola e outros órgãos (ONGs, Secretaria de Educação, empresas, etc.) para o trabalho com esse tema na unidade? Quais?

8. Que alternativas e ações seriam possíveis para aperfeiçoar o trabalho de orientação sexual nesta escola?

ANEXO 2 - CARTA DE ANUÊNCIA

À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES-RO

Solicitamos autorização institucional para a realização da presente pesquisa com os diretores das escolas municipais situadas no município de Ariquemes-RO. Informamos que a presente pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, em cumprimento das diretrizes estabelecidas pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS). Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata de pesquisas que envolvem seres humanos.

Esta pesquisa é intitulada, **A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL**, a ser realizada nas Escolas Municipais situadas no município de Ariquemes-RO, sendo elas: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Aldemir Lima Cantanhede, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dirceu de Almeida, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jorge Teixeira, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Magdalena Tagliaferro, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Mário Quintana, Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Turbay e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ireneo Antônio Berticelli.

A presente pesquisa será conduzida pelo Professor Especialista Douglas Pereira do Nascimento, discente do programa de *stricto sensu* multidisciplinar – Mestrado Profissional em Saúde e Educação, e-mail:douglas@faema.edu.br, telefone: (69) 98456-9617, sob a orientação da Professora PostDocs Dionéia Motta Mont-Serrat, e-mail: dimotta61usp@gmail.com, com o(s) seguinte(s) objetivo(s):

Geral:

- Analisar a atuação dos diretores escolares da rede Municipal de Ensino de Ariquemes-RO frente à educação sexual.

Específicos:

- Conhecer propostas e projetos relacionados à educação sexual realizados nas escolas;
- Verificar como esse tema transversal está inserido no currículo escolar;

- Identificar os significados dados à educação sexual pelos gestores.

Para isso, é necessário o acesso aos diretores escolares, bem como aos projetos relacionados à área existente em cada escola e ao Projeto Político Pedagógico da instituição. Ao mesmo tempo, solicitamos autorização para que os nomes das instituições possam constar no relatório final, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que a pesquisa terá início após a apresentação do Parecer Consubstanciado Aprovado, emitido pelo do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNAERP, o qual é coordenado pela professora Doutora Luciana Rezende A Oliveira, e-mail: lroliveira@unaerp.br, telefone: (16) 3603-6895/6915. Salientamos, ainda, que tais dados sejam utilizados tão somente para a realização desse estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e o empenho dessa Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Ariquemes-RO

Prof. Esp. Douglas Pereira do Nascimento
Pesquisador

Profa. Dra. Dioneia Motta Monte-Serrat
Orientadora

() Concordamos com a solicitação () Não concordamos com a solicitação

Nome completo

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À
EDUCAÇÃO SEXUAL.

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Douglas Pereira do Nascimento

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Dioneia Motta Monte-Serrat

Eu, _____ RG.: _____
Residente à Rua/Av. _____

_____ concordo
em participar da pesquisa supracitada, após estar absolutamente esclarecido(a)
sobre os propósitos da mesma.

1. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Encontrar formas de desenvolver a educação ou a orientação sexual, com o amparo da lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), juntamente com os PCNs em seus temas transversais, o que exige estudos e investigações, cujos resultados podem trazer contribuições para a escola de forma que os docentes consigam trabalhar a EDS, obtendo, assim, resultados positivos quando o tema for abordado, por meio de um trabalho coerente e esclarecido. Isso não beneficiaria apenas a escola, mas também os próprios adolescentes, as suas famílias e toda a sociedade. Essa pesquisa parte, portanto, da seguinte pergunta: como vem sendo desenvolvida a educação sexual na escola?

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1. Geral:

- Analisar a atuação dos Diretores escolares da rede Municipal de Ensino de Ariquemes-RO frente à Educação Sexual.

2.2. Específicos:

- Conhecer propostas e projetos relacionados à educação sexual realizados nas escolas;
- Verificar como esse tema transversal está inserido no currículo escolar;
- Identificar os significados dados à educação sexual pelos gestores.

3. LOCAL DO ESTUDO

O presente estudo será realizado nas escolas da rede municipal de ensino de Ariquemes-RO. O município de Ariquemes está inserido na região do Território Vale do Jamari – TVJ, em RO, cuja população é de aproximadamente de 305.000 habitantes (estimativa de 2015). A área é composta pelos municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia, Buritys, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Cujubim, Machadinho e Rio Crespo.

As atividades propostas serão realizadas nas seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Aldemir Lima Cantanhede, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dirceu de Almeida, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jorge Teixeira, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Magdalena Tagliaferro, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Mário Quintana, Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Turbay e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ireno Antônio Berticelli.

4. PROCEDIMENTOS A QUE VOCÊ SERÁ SUBMETIDO

Você participará de uma pesquisa direcionada aos diretores das escolas municipais da cidade de Ariquemes/RO. Será aplicado a você um questionário previamente validado, o qual visa analisar como a educação sexual vem sendo desenvolvida pelos diretores escolares. A aplicação do instrumento de pesquisa ocorrerá em um único encontro nos respectivos locais de trabalho dos sujeitos pesquisados.

5. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa com o seguinte tema: ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL. Não ocorrerão procedimentos invasivos ou potencialmente lesivos direcionado a você ou a qualquer outro indivíduo. No entanto, por se tratar de informações pessoais e de caráter sigiloso, o seu consentimento livre e esclarecido é necessário. Ao participante será garantida a liberdade da

retirada do consentimento a qualquer momento para que deixe de participar do estudo sem qualquer prejuízo à instituição em qual trabalha.

- **Riscos:** A presente pesquisa oferece riscos mínimos, caracterizados por eventual desconforto ou constrangimento ao responder o questionário.
- **Benefícios:** Tal o estudo contribuirá para a aquisição de conhecimento acerca do tema abordado, enfatizando a atuação do gestor escolar frente à temática da educação sexual escolar. Dessa forma, a pesquisa busca subsídios para o desenvolvimento de futuros trabalhos e o aprimoramento da disciplina de educação sexual nas escolas.

O presente projeto de pesquisa parte dos pressupostos éticos previstos na resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, e na resolução Nº 510, DE 07 de abril de 2016. Desse modo, leva em consideração o respeito pela dignidade humana e pela proteção devida aos participantes da presente pesquisa.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

É garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento e do abandono da participação no estudo sem qualquer prejuízo à Instituição, o que está respaldado nos conteúdos preconizados na Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, e na resolução Nº 510, DE 07 de abril de 2016, em que está assegurada a privacidade dos sujeitos pesquisados. Será mantida a confidencialidade. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros profissionais, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante.

Será garantido ao Sr. ou à Sr^a. o direito de ser mantido(a) atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa.

Comprometemo-nos a utilizar os dados somente nessa pesquisa. Não há despesas para a participação em qualquer fase do estudo, mas também não há compensação financeira relacionada à participação no mesmo.

Quaisquer dúvidas de sua parte poderão ser dirimidas junto ao Comitê e Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Ribeirão Preto, pelo telefone: (16) 36036915. Assim, o presente TCLE é emitido em duas vias, as quais deve estar devidamente assinadas pelo sujeito e pelo pesquisador.

Ariquemes-RO, ____/____/____

Eu _____ ()

aceito () recuso, participar da presente pesquisa

Assinatura do participante

() Declaro que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido deste indivíduo para a participação neste estudo.

Profa. Dra. Dioneia Motta Monte-Serrat - orientadora

Prof. Esp. Douglas Pereira do Nascimento - Pesquisador

CPF: 013.260.522-84

RG: 829531

Telefone: (69) 984569617

APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

Eu, Douglas Pereira do Nascimento, na condição de pesquisador responsável por este projeto, sendo orientado pela Profa. Dra. Dioneia Motta Monte, DECLARO que:

- O compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações é por mim assumido;
- As informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas apenas para atingir o objetivo previsto na pesquisa;
- Os dados serão coletados no banco de dados disponibilizado pela Instituição hospitalar em que está proposto o estudo e me responsabilizo pelo arquivo e a sua guarda, após o uso;
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados após autorização da Instituição onde ocorrerá o estudo, bem como do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos (CEP);
- O CEP será comunicado se houver suspensão ou encerramento da pesquisa, caso essa condição se configure necessária no processo de realização do estudo proposto;
- Os termos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde serão cumpridos;
- O CEP será comunicado em caso de efeitos adversos da pesquisa.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Dioneia Motta Monte-Serrat - orientadora

Prof. Esp. Douglas Pereira do Nascimento - Pesquisador

CPF: 013.260.522-84

RG: 829531

Telefone: (69) 984569617

Ribeirão Preto, 20 de março de 2018.

APÊNDICE III – PLANILHA DE ORÇAMENTO

Planilha de Orçamento da pesquisa - ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL

MATERIAIS	QUANTIDADE	VALOR
Chamex Office A4 500 folhas	02	R\$ 50,00
Xerox	50	50,00
Lápis preto n.2 grafite SM/1205 Faber Castell CX 04 UM	03	R\$ 9,00
Caneta esferográfica cristal azul Bic CX 12 UM	01	R\$ 12,90
Ida as escolas	01	700,00
Encontro com orientador	03	6000,00
Gasolina	100L	347,00
Caderno	01	15,00
Impressão (cartucho)	02	140,00

APÊNDICE IV – PROPOSTA DE EMENTA

Disciplina: Educação Sexual no Âmbito Escolar: teoria, prática e responsabilidade em saúde.

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Aspectos históricos da Educação Sexual; Filosofia da Educação Sexual; Desenvolvimento da Sexualidade; Educação e Saúde; A Escola Frente à Educação Sexual; Atitudes e valores com relação à Educação Sexual.

Objetivo geral:

A disciplina tem por objetivo fornecer subsídios para o docente em formação ou em curso de capacitação pedagógica conhecer a evolução histórica da Educação Sexual no Brasil; avaliar o papel da escola na promoção de educação e saúde por meio da Educação Sexual; e desenvolver valores ligados à temática.

Objetivos específicos

O docente (formado ou em formação) será capaz de compreender os mecanismos do processo de Educação Sexual no Brasil analisando sua evolução histórica.

O docente (formado ou em formação) conseguirá apreender os mecanismos pedagógicos referentes ao processo de educação sexual a partir desse aporte teórico, o que lhe dará condições de identificar a concepção de Educação Sexual e de desenvolver novas estratégias de ensino.

O docente (formado ou em formação) terá condições de produzir aulas e textos adequados a diferentes contextos de comunicação sobre Educação Sexual, interagindo com os colegas e com o ambiente acadêmico em situações reais e/ou virtuais de aprendizado.

O docente (formado ou em formação) será capaz de ampliar o domínio do vasto potencial expressivo oferecido pelo curso produzindo textos orais e escritos adequados a contextos sociais diversificados.

O docente (formado ou em formação) irá adquirir competência para aprimorar seus conhecimentos sobre a Educação Sexual no Âmbito Escolar, bem como desenvolver valores segundo os padrões éticos vigentes na sociedade brasileira que estejam

ligados a esse tema de modo que seja capaz de transmitir conhecimento relativo à educação em saúde e prevenção de doenças para a comunidade.

Conteúdo Programático:

Unidade 1: História da Educação Sexual no Brasil

- Processo Higienista e Eugenista
- Marcos Legais da Educação Sexual

Unidade 2: Sexualidade

- Definição de Sexualidade
- Fases do desenvolvimento da Sexualidade
- Sexualidade na contemporaneidade

Unidade 3: Educação e Saúde

- Prevenção de Saúde
- Promoção de Saúde
- A escola frente à prevenção e promoção de saúde.

Unidade 4: A escola e a Educação Sexual

- Papel da Escola Frente à Educação Sexual
- Papel do Professor Frente à Educação Sexual
- Papel do Gestor Frente à Educação Sexual
- Papel dos Orientadores Frente à Educação Sexual

Bibliografia:

- CITELI, Maria Teresa, et al. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica*. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos; Instituto de Medicina Social, IMS, 2005.
- COSTA, Priscila Carozza Frasson. *Os patamares de adesão das escolas à educação sexual*. 2012. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.
- FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Autêntica, 2017.
- GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. *A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias*. Paco Editorial, 2014.
- LOURO, G. L. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Vozes, 2003.
- _____, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- NASCIMENTO, D. *A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL*, Dissertação defendida junto ao Programa de Mestrado em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, sob orientação da Profa. Dra. Dionéia Motta Monte-Serrat. Março 2019
- VIANNA, Cláudia. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências*. Autêntica, 2018.

APÊNDICE V – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO DE PESQUISA: A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO FRENTE À EDUCAÇÃO SEXUAL.

ATIVIDADES	Set. 2017 a maio 2018	Maio a ago. 2018	Set. 2018	Out. 2018 a Fev. 2019	Fev. a mar. 2019
Elaboração do Projeto de Pesquisa	X				
Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos		X			
Banca de Qualificação			X		
Coleta de dados e aplicação do instrumento			X	X	
Análise dos dados coletados			X	X	X
Elaboração, conclusão e Encaminhamento de artigos				X	X
Encontro com a orientadora	X	X	X	X	X